

Alonso, Angela e **Costa**, Valeriano. (2002), “Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico”. *BIB - Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais*, ANPOCS. No. 53, 1º.. semestre de 2002, pp.35-78.

Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico¹

O “meio ambiente” explodiu como tema das ciências sociais nas últimas três décadas. A questão emergiu nos anos 70, seguida, nos anos 80 e 90, de uma diversificação tanto teórica quanto geográfica.

O campo já foi objeto de vários mapeamentos (Dunlap & Catton, 1979; Lowe e Rüdig, 1986; Buttel, 1987, 1996, 1997; Hannigan, 1995; Pulido, 1996; Dunlap, 1997; Redclift & Woodgate, 1997; Szasz & Meuser, 1997; Mol & Spaargaren, 2000; Goldman & Schurman, 2000; Lima & Portilho, 2001). A única tentativa de organizar a produção brasileira sobre a questão ambiental foi realizada por Vieira (1992), uma década atrás, privilegiando seu impacto nas diversas ciências sociais (sociologia, ciência política, antropologia, geografia e economia). Embora tenha o mérito de ter selecionado um enorme número de autores, artigos e livros, esta classificação disciplinar nubla as clivagens teóricas e temáticas da literatura.

Neste novo balanço da literatura brasileira não vamos enveredar pela estratégia oposta, numa abordagem transdisciplinar. Optamos por organizar a literatura brasileira a partir de grandes enfoques e troncos temáticos. Visando uma perspectiva comparada, inicialmente sumarizamos as principais clivagens da bibliografia internacional.

I – O problema ambiental nas ciências sociais: grandes linhas

Vários autores argumentam que, apesar das especificidades, as teorias sociais têm em comum uma ontologia realista. A teoria clássica teria separado sociedade e natureza para demarcar com maior facilidade seu próprio campo de estudos em relação à biologia (Goldman & Schurman 2000). Assim, teria autonomizado os fenômenos culturais e sociais em relação ao mundo natural, negligenciando questões ambientais (Buttel, 1996).

Nos anos 70, aventou-se que o próprio tema estabeleceria um novo diálogo entre os saberes. Dunlap e Catton (1979), propuseram uma refundação: as ciências sociais deveriam abandonar o paradigma clássico, assentado na presunção de que o desenvolvimento da espécie humana não estaria condicionado por limites biofísicos (“human exemptionality paradigm”), em favor de um novo paradigma: o NEP (“new ecological paradigm”), levando em conta variáveis ambientais e a influência recíproca entre o ambiente biofísico e as sociedades humanas. Para comprovar a influência objetiva das mudanças

¹ Este texto foi escrito originalmente como parte das atividades do Development Research Center da University of Sussex. Agradecemos os comentários do diretor do centro, John Gaventa, bem como de Andréa Cornwell e Melissa Leach à versão preliminar. A paciência de Charles Pessanha e Miriam Pavanelli nos deram a oportunidade de reestruturá-lo para o formato do BIB. Obrigado especialmente às estagiárias Adriana Santos, Katya Salazar e Karen Weingruber, responsáveis pelo levantamento bibliográfico.

ambientais sobre os valores e atitudes dos indivíduos, os proponentes do NEP aplicaram surveys de opinião pública nos Estados Unidos entre as décadas de 70 e 80.

Todavia, a difusão de um paradigma ecológico não se concretizou (Buttel, 1996; Dunlap, 1997). Pelo menos até o momento, as discussões sobre a questão ambiental têm sido incorporadas no interior dos debates disciplinares sem resultar na emergência de um novo paradigma. Na verdade, ao invés de uma “área de estudos ambientais”, a questão gerou subespecialidades, distribuídas pelas diferentes tradições teóricas.

Segundo Buttel (1996) dois grandes debates estruturam o campo, conforme a definição dos fenômenos ambientais. Há análises estruturais das relações entre sociedade e natureza, de um lado, isto é, dos macroprocessos e práticas sociais com dimensões ou implicações ambientais. E há, de outro, análises das atitudes, valores e da intencionalidade dos agentes na constituição de problemas ambientais, bem como das formas de ativismo ambientalista.

1. Teorias sociais sobre as relações entre sociedade e natureza

Segundo Hannigan (1995), a tentativa de colocar a questão ambiental no centro da teoria social é a ambição de vários teóricos. Neomarxistas vêm interpretando a questão ambiental do ângulo da economia política, reivindicando ao processo social de “produção da natureza” um caráter estruturador do capitalismo contemporâneo. Para os marxistas ecológicos, “um único fator, o capitalismo, é responsável por uma ampla gama de problemas sociais desde a super-população e o esgotamento de recursos naturais até a alienação dos indivíduos em relação ao mundo natural”. (Hannigan, 1995:18ss).

Alan Schnaiberg e James O’Connor são considerados os nomes mais influentes nesta linhagem (Buttel, 1997; Goldman & Schurman, 2000). Schnaiberg (1980) defendeu a tese da contradição entre expansão econômica e equilíbrio ecológico, sintetizado no conceito de rotina da produção (“treadmill of production”). Já O’Connor (1994) acrescenta a natureza como uma terceira categoria, tão importante quanto as de capital e de trabalho, no esquema marxista. O capitalismo, argumenta, refaz a natureza através da tecnologia e cria duas contradições fundamentais: capital versus trabalho e capital e trabalho versus natureza (Goldman & Schurman, 2000:21-2).

Críticas têm sido dirigidas ao marxismo ecológico. Hannigan (1995) o elogia por relacionar problemas ambientais presentes com desigualdades históricas, política e economicamente construídas. Mas, considera insuficiente atribuí-los à lógica do capitalismo, ignorando que o socialismo também os gerou. O modelo simplificaria o papel do estado, apresentado sempre como transgressor ambiental. De outro lado, Buttel (1996) chama a atenção para o caráter mais normativo que analítico do marxismo ecológico.

Esta dimensão normativa está presente noutra linhagem de estudos sobre as contradições ecológicas do capitalismo. É o caso da teoria da modernização ecológica (Mol & Spaargaren, 2000), que propõe mudanças no modelo econômico via alterações no padrão de consumo. A tese de maior impacto no Brasil é, todavia, o “ecodesenvolvimento” de Ignacy Sachs (1986). Sachs criticou

o modelo “insustentável” do capitalismo, que restringiria o desenvolvimento social a crescimento econômico e teria como horizonte o consumo intensivo e desigual dos recursos produzidos. Para Sachs “a tomada de consciência” dos problemas ambientais exigiria uma mudança de padrão socioeconômico: um novo modelo de desenvolvimento voltado para a satisfação das necessidades conciliando crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental.

A questão ambiental aparece também no coração de novas teorias sociais. É o caso de Ulrich Beck, que analisa as relações entre sociedade e natureza, substituindo a idéia de ordem social pela de risco. Beck (1992, 1995) afirma que a principal característica das sociedades na “modernidade pós-industrial” é o risco sistêmico. No novo padrão “reflexivo” de modernização o “paradigma da escassez” (lógica de produção de riquezas da sociedade industrial) estaria sendo substituído pelo “paradigma do risco”. Os resíduos do processo produtivo estariam crescendo, numa “expropriação ecológica” do estoque planetário de alimento, ar e água, gerando e difundindo novos riscos objetivos (químicos, nucleares, biogenéticos). Nesta “sociedade (industrial) de risco”, os problemas ambientais teriam escala global e conseqüências irreversíveis, atingindo os próprios produtores de risco.

A sociologia dos riscos ambientais se baseia largamente nas teses de Beck. Neste sentido, Hannigan (1995) avalia que a teoria de Beck teria sido melhor sucedida que o NEP e o marxismo ecológico: além de situar o ambientalismo em seu contexto social, histórico e cultural, teria incorporado a questão ambiental na própria definição de processo social. Seu conceito de risco ambiental teria sido exitoso por adentrar a própria teoria sociológica (Giddens, 1995).

Para Beck, a ciência é responsável pela definição de riscos ambientais “potenciais”. Este processo estaria dividindo a sociedade em experts (identificadores de riscos) e não-experts (perceptores de risco), produzindo uma politização da natureza. De outra parte, em trabalho já clássico, Mary Douglas e Aaron Wildavsky (1983) argumentam que a visão de uma sociedade sobre o mundo natural reflete seus valores, sua cultura, sendo impossível o conhecimento “objetivo” da natureza².

Os teóricos construtivistas vão além: questionam a própria existência de questões ambientais independentes da percepção dos grupos sociais. Problemas ambientais seriam construções sociais – cognitivas, culturais, políticas - de agentes sociais.

A abordagem construtivista de maior impacto na literatura é a de Hannigan (1995). Hannigan não nega a dimensão objetiva dos problemas ambientais, mas argumenta que não se pode aceitá-la acriticamente. Riscos não são socialmente processados se não forem cognitivamente construídos por agentes sociais. Muitos problemas ambientais são invisíveis e só chegam ao cidadão comum e à opinião pública depois de “produzidos” por “comunidades de especialistas” (cientistas, ambientalistas, mídia). Por isto, seria preciso explicar

² Há vários trabalhos nesta linha. Klaus Eder (1996), por exemplo, busca em Moscovici a base para uma teoria culturalista da “construção social da natureza” e de suas conseqüências políticas.

os processos social, político e cultural por meio dos quais certas dimensões da vida social são construídas como “questões ambientais”.

Uma versão mais radical sobre a construção de percepções e de riscos é a de Latour (1993), para quem não existe a pura natureza ou a pura sociedade. As barreiras seriam fluídas. Riscos ambientais seriam híbridos de fatores sociais, naturais e técnicos e sua definição seria um produto cultural. Conceitos ambientais seriam construções científicas expressando tanto as crenças dos cientistas quanto as estruturas de poder em que estão imersos. Nesta abordagem, a questão dos riscos objetivos desaparece para dar lugar à análise dos processos discursivos, sociais e políticos de “construção” de riscos.

Segundo Goldman & Schurman (2000), esta literatura se expandiu, alcançando temáticas tipicamente pós-modernas e enfocando as formas de desigualdade na exposição a riscos e no acesso a recursos ambientais³.

O surgimento destas novas linhagens produziu, segundo Buttel (1996), a diversificação dos estudos empíricos e aumentou as polêmicas nos anos 90, especialmente entre a perspectiva realista-materialista, que trata os problemas ambientais como objetivos, e os construtivistas sociais, que os vêem como culturalmente produzidos.

A principal crítica às abordagens construtivistas/culturalistas é que elas ficariam prisioneiras da dimensão simbólica da vida social, relegando a segundo plano a política institucional, os conflitos concretos por poder e as motivações para o engajamento em mobilizações ambientais.

2. Análises sobre atitudes, valores e ativismo ambientalista

É precisamente disto que trata uma outra linhagem de estudos, voltada para as atitudes e formas de ação social suscitadas por questões ambientais.

Um conjunto de estudos atribui a emergência de uma preocupação coletiva com o meio ambiente a uma mudança estrutural no repertório de valores da sociedade ocidental (Lowe e Rüdig, 1986). Há enfoques mais longitudinais, numa história das idéias ambientalistas, como fez Thomas (1988) para o caso inglês. E há muitos estudos sincrônicos de psicologia política.

A tese mais difundida neste campo é a de Ronald Inglehart (1977, 1981): a consolidação das sociedades pós-industriais relativa a prosperidade e segurança do pós-guerra seria acompanhada por uma mudança na “hierarquia das necessidades”, direção de valores “pós-materiais”, como amor, consideração, status, satisfação estética e intelectual e preocupação ambiental. Este fenômeno exprimiria uma mudança geracional: uma nova classe média de jovens profissionais altamente educados e bem pagos daria suporte à mudança de valores.

Vários estudos testaram esta tese por meio de pesquisas de opinião. Primeiro, confirmaram a correlação de Inglehart entre crenças/opiniões ambientais e características sociodemográficas: as bases sociais do ativismo ambientalista seriam numa nova classe média de jovens educados, ocupados

³ Uma destas dimensões diz respeito ao acesso às tecnologias que manipulam corpos (“biopolítica”); configurando novas formas de exploração e desigualdade. Daí se derivam análises do racismo ambiental e do ecofeminismo (Goldman & Schurman, 2000; Pulido, 1996).

em serviços sociais e culturais, com orientação política mais à esquerda e portadores de demandas “pós-materiais”. Segundo, haveria uma relativa estabilidade nas opiniões em prol da proteção ao meio ambiente (Lowe e Rüdig, 1986).

Embora influente, esta corrente tem sido muito criticada. Para Lowe e Rüdig (1986) surveys de opinião investigam apenas o comportamento “potencial” dos indivíduos, restringindo a questão ambiental ao nível das opiniões e negligenciando a relação entre valores e problemas/conflitos ecológicos reais. Lowe e Rudig questionam também a correlação entre novos valores e “novas classes”, não vendo base empírica para a hipótese de que grupos sociais com renda mais elevada e melhor nível educacional se mobilizariam mais em torno de questões ambientais. Hannigan (1995) menciona outro contra-argumento: a preocupação ambiental varia de acordo com a seriedade das condições ecológicas. Assim, seria a deterioração ambiental das sociedades ocidentais entre a 2ª guerra e os anos 60 – e não uma mudança valorativa – a razão da emergência de uma “consciência ambiental” nos anos 70.

Na última década, vários autores têm procurado incorporar à análise o modo pelo qual valores se materializam em práticas. São estudos sobre os gêneros de protesto social e de ativismo político que a questão ambiental tem suscitado na Europa e nos Estados Unidos desde os anos 70.

Heijden (2000) classificou as interpretações sobre as mobilizações ambientalistas em 3 grandes abordagens. Uma delas deriva de Habermas (1990): o movimento ambientalista seria um dos “novos movimentos sociais”, resultantes das tensões estruturais da sociedade ocidental, reações defensivas contra a intrusão do estado e da economia no mundo da vida. Outros estudos conectaram valores ambientalistas à constituição de novas identidades e movimentos sociais (Melucci, 1989; Offe, 1985; Touraine, 1978; 1982). Uma segunda vertente aborda o fenômeno do ângulo da teoria de mobilização de recursos, caso de Jordan & Maloney (1997). Aqui a dimensão relevante são antes os recursos materiais e a capacidade de organização do movimento que suas demandas e bandeiras. A terceira corrente é a teoria do processo político, que privilegia a conjuntura histórica e sócio-política na qual mobilizações e conflitos ambientais se constituem (Kriesi et al. 1995). A tendência nesta linha são análises comparadas, tais como o estudo longitudinal comparativo sobre o ativismo ambientalista em 8 países da União Européia, coordenado por Rootes (1999) e análises das mudanças na política ambiental na Europa Meridional pós-União Européia (Kousis & Eder, 2001).

Outra área aborda a institucionalização do movimento ambientalista em partidos verdes. Lowe e Rüdig (1986) e Rootes (1997), por exemplo, relacionam a emergência desses partidos ao contexto político nacional e procuram explicar seu desempenho pela maior ou menor permeabilidade da estrutura de oportunidades políticas – especialmente os sistemas eleitoral e partidário – à representação formal das demandas ambientalistas. Isto explicaria, por exemplo, a inexpressiva presença dos verdes na Grã-Bretanha, seu isolamento na política francesa e seu relativo sucesso na Alemanha (Rootes, 1997).

A institucionalização das questões ambientais é um tema recorrente também nas políticas públicas. Proliferam estudos avaliando a construção de sistemas nacionais de gestão ambiental, bem como averiguando as condições de implementação de políticas de regulação ambiental, incluindo agentes sociais e estatais com interesses conflitantes. Caso, por exemplo, da pesquisa comparada coordenada por Jänicke & Weidner (1997).

Este panorama sumário dos estudos sobre a questão ambiental aponta uma convivência de perspectivas.

A ambição de alguns autores é a edificação de uma teoria geral, unificando o campo. Para Hannigan (1995:13;12), faltaria um trabalho seminal que inserisse a questão ambiental de uma vez por todas no debates centrais da teoria social contemporânea. A literatura tem caminhado na direção contrária: rumo à diversificação. As abordagens têm níveis de abstração variáveis: desde teorias gerais e teorias de médio alcance até teorizações específicas em torno de um único objeto empírico. Há teorias concorrentes, como o construtivismo social e o marxismo ecológico, mas também sínteses, como mostram os estudos dos anos 90 sobre o ativismo ambientalista .

O pluralismo é também temático: valores, atitudes, instituições, processos e macroestruturais ocupam o campo. Há, ainda, uma grande variedade de metodologias em uso: estudos de caso, análises de discurso; surveys de ativistas e de organizações ambientalistas; estudos longitudinais sobre conflitos ambientais; investigações históricas; análises comparadas. Uma tendência promissora são os estudos que combinam metodologias qualitativas e quantitativas, buscando bases empíricas para teorias de médio alcance (por exemplo, Kriesi et alli, 1995).

O volume de trabalhos, a convivência de várias perspectivas teóricas e, mesmo, as tentativas de síntese evidenciam um campo permeável e plástico. Deste ângulo, a ausência de uma teoria geral unificadora, que Hannigan lamenta, pode ser interpretada em sentido inverso, como sinal de vitalidade do campo.

II. A literatura brasileira sobre a questão ambiental

1. A emergência dos estudos sobre meio ambiente no Brasil

Este balanço da literatura internacional sobre a questão ambiental não é exaustivo, mas oferece um parâmetro comparativo para avaliarmos a literatura brasileira.

O primeiro ponto a destacar é o relativo retardo da constituição de um campo de estudos ambientais no Brasil. Estudos deste gênero apareceram na Europa e nos Estados Unidos no início dos anos 70, em par com o próprio fenômeno. Neste período, o tema do desenvolvimento pontificava no debate brasileiro e predominaram estudos “ecológicos” técnicos, redigidos sobretudo por cientistas naturais. A questão ambiental ganhou maior relevo durante o processo de redemocratização, quando muitos militantes de esquerda

retornavam do exílio trazendo na bagagem preocupações ecológicas dos novos movimentos sociais europeus. São destes ativistas os primeiros ensaios brasileiros sobre questão ambiental (por exemplo, Vieira, 1989; Minc, 1986; Gabeira, 1987).

Entre meados dos 80 a meados dos 90 predominaram estudos sobre “desenvolvimento sustentável”. Produzida fora das ciências sociais ou nas suas fronteiras, esta ampla “literatura verde” agregou especialistas das ciências naturais e das humanidades - filósofos, geógrafos, demógrafos, biólogos, etc -, mantendo o viés político, engajado. São críticas ao modelo econômico capitalista e ao estilo de vida moderno, sugestões de novos modos de interação entre sociedade e natureza, através de um novo “contrato natural” (Amstalden, 1996) e de um novo modelo decisório para o uso dos recursos naturais (Cavalcanti, 1993; et al., 1995). São escritos orientados pelo ideal normativo de uma sociedade menos consumista e mais igualitária.

Parte da literatura assume, ainda hoje, a forma de uma filosofia da “crise ecológica”. São livros de reflexão ética, esotérica e até mesmo religiosa sobre os “ataques” da sociedade contra a natureza, associados a uma crise do padrão ocidental de civilização (Aguilar, 1993; Muller & Hösle, 1996; Assmann, 1996; Leis, 1996, 1997, 1998). A maioria propõe modelos utópicos (Leis & Amato, 1995; Lago, 1982) e uma “ética biocêntrica”, reconciliando humanidade e natureza (Unger, 1992; Leis, 1992, 1998).

Trata-se, pois, de um campo híbrido. A literatura engajada e transdisciplinar segue vigorosa. De outra parte, na segunda metade dos 90, iniciou-se uma profissionalização, diversificação e especialização dos estudos sobre meio ambiente. Este processo consolidou proto-áreas de estudo no interior das ciências sociais.

2. Abordagens das ciências sociais para a questão ambiental

A atenção dos cientistas sociais brasileiros para a questão ambiental nasceu como desdobramento de temas vizinhos, sobretudo na sociologia rural e na sociologia dos movimentos sociais, e apenas ganhou corpo pós-Rio 92.

O interesse crescente se desdobrou numa diversificação temática. Já no plano teórico, uma abordagem dominou o campo: desde meados dos anos 80 a tese do multissetorialismo, de Eduardo Viola, orientou a maior parte da produção na área. Nos anos 90, novas perspectivas começaram a emergir. Seu caráter embrionário, entretanto, torna difícil isolá-las e evidencia que uma ciência social brasileira sobre a questão ambiental ainda está em formação.

Isto fica claro no primeiro balanço da produção brasileira. A opção de Vieira (1992, 1995) por dividir o campo em disciplinas o obrigou a replicar temas e categorias no interior de cada uma delas⁴. Não só porque o assunto é interdisciplinar, mas por não estarem ainda constituídas distinções precisas entre enfoques peculiares a cada disciplina. Por isto, abandonamos a organização disciplinar, em favor das três abordagens de maior relevância na última década:

⁴ As sobreposições temáticas são: avaliação de políticas de desenvolvimento; avaliação de impactos sócio-ambientais; gestão ambiental e participação; questões teórico-metodológicas; educação, que aparecem em várias disciplinas. Hoje, Vieira teria de acompanhar a complexificação do campo e cobrir também as “ciências ambientais”. Balanços nesta direção são Veiga, 1998; Moraes, 1994; Tauk, 1991; Benjamim, 1993; Branco, 1995.

estudos de meio ambiente e política; estudos sobre políticas públicas e participação; e estudos culturais.

2.1. Estudos de Meio Ambiente e Política

Análises das implicações políticas da questão ambiental são um tema já consolidado na sociologia e na ciência política brasileiras. Os estudos estão voltados para a análise dos discursos e ações ambientalistas sob três pontos de vista: como um movimento social; como parte de um processo político global; e como foco de um novo tipo de conflito social. Neste último tema há uma diversificação de abordagens; nos dois primeiros a teoria multissetorialista é hegemônica.

a) Movimento Ambientalista

A formação e o impacto político do movimento ambientalista brasileiro têm sido relacionados com o processo de redemocratização. O pioneiro e autor de referência no campo é Eduardo Viola, cuja perspectiva teórica está mais próxima de Touraine e Offe, que de Inglehart. Enquanto Inglehart, na chave da teoria da modernização, aponta a mudança social como causa da mudança de valores, Viola argumenta em contrário: a dimensão das crenças precede e influencia comportamentos e instituições.

Viola e seus co-autores têm interpretado o movimento ambientalista brasileiro em termos de atores e setores. Originalmente, Viola (1987a) associou a emergência do movimento ambientalista com a Abertura⁵. O movimento ecológico teria inspiração marxista, como os demais movimentos sociais da década de 80. Porém, do ponto de vista de sua composição não teria base exclusivamente numa classe, colhendo ativistas em todos os estratos sociais (Viola, 1987a).

A tese de Viola em estudos mais recentes (1991;1990; Viola & Vieira, 1992; Viola & Leis 1995; 1995a; 1996; 1996b; 1997) é um pouco distinta. O ambientalismo seria uma “idéia-força” disseminada progressivamente por vários setores da sociedade, do Estado e da economia, pela ação de diferentes tipos de elite. O principal agente, portador do projeto universal e responsável pela “conscientização” dos demais setores, seria o movimento ambientalista.

Este processo de “ambientalização” teria três fases. No momento “bissetorial”, durante os anos 70, a influência internacional sobre o governo brasileiro teria gerado instituições e leis ambientalistas. Nesta fase, haveria um diálogo entre órgãos ambientais estatais e ativistas ambientalistas da sociedade civil, com franca preponderância dos primeiros. A segunda fase, pós-1986, isto é, a partir da redemocratização, teria dado curso ao “ambientalismo multissetorial”, uma expansão e ramificação da ambientalização para vários atores e setores. Um terceiro momento, desencadeado pela Rio-92, seria de convergência entre os atores em torno do ideal do desenvolvimento sustentável. Viola e Leis (1996) apostaram na transferência do cerne do ambientalismo

⁵ Viola periodiza o movimento “ecológico” brasileiro de acordo com o processo político: de 1974 a 1981 (regime militar), movimentos apolíticos, de denúncia à degradação ambiental e formação de comunidades alternativas; de 1982 a 1985 (transição democrática), uma expansão e progressiva politização do movimento; a partir de 1986 (Nova República), fase ecopolítica, com o ingresso da maioria dos ativistas do movimento na política partidária, culminando na fundação do PV.

brasileiro do estado para a sociedade civil, com a penetração de idéias ambientais no setor empresarial e o fortalecimento das associações ambientalistas⁶.

Embora esta interpretação tenha como foco central a atuação do movimento ambientalista, à exceção de seu primeiro estudo, Viola não avançou por uma análise das práticas do movimento. Seu universo empírico ficou limitado às instituições e leis ambientalistas. Todavia não demonstrou o mecanismo pelo qual o conjunto de valores ambientalistas, a “consciência” que os atores criariam e disseminariam em discursos, se materializaria em instituições, nem como tais instituições funcionam e que resultados produzem.

A “tese da multissetorialização” é basicamente teórica. Seu caráter genérico e abrangente deu-lhe hegemonia na área, influenciando a maior parte dos estudos empíricos sobre meio ambiente realizados no Brasil.

Muitos seguidores de Viola dedicaram-se a estudos de caso, num esforço para confirmar e generalizar suas teses. Com um co-autor (& Vieira, 1992), o próprio Viola descreveu os “padrões ideológicos organizacionais” do movimento ambientalista brasileiro, destacando a incorporação do conceito de desenvolvimento sustentável. Noutro artigo (Viola e Boeira, 1990) investigou a hipótese de que o ambientalismo fosse um fenômeno específico de classe média.

Há muitos estudos de caso descrevendo a gênese, ações e associações do movimento ambientalista em contextos locais (Urban, 2001) e em questões específicas, como a mobilização contra hidroelétricas (por exemplo, Girotti, 1984).

Até mesmo aqueles que apresentam restrições à tese de Viola seguem seu enquadramento analítico. Caso do trabalho de Antuniassi (1988;1989) sobre o movimento ambientalista em São Paulo. Concluiu tratar-se de um fenômeno urbano, com ativistas oriundos de classe média divididos em duas linhagens, uma ambientalista, outra conservacionista. Este estudo, como muitos nesta área, não vai além de descrições e algumas poucas generalizações. Todos compartilham uma metodologia: entrevistam atores e fazem levantamento de associações. Baseando-se quase exclusivamente nas percepções e falas dos atores, tendem a reiterar a auto-imagem do movimento ambientalista.

O mapeamento completo do associativismo ambientalista brasileiro ainda está por fazer - embora o fenômeno apareça como dimensão relevante em levantamentos sobre associações civis (Landim, 1993; Scherer-Warren, 1999). Já estudos sobre a origem, constituição e performance do partido verde brasileiro não existem. Alguns autores, porém, discutem e interpretam o PV em complemento de teses sobre temas correlatos.

Viola e Leis (1996) não incluem o Partido Verde como um dos setores de disseminação do ambientalismo no Brasil. O PV não teria abandonado o discurso bissetorial característico dos anos 70, e por isso, não seria atraente para os militantes dos anos 90. Para Antuniassi (1989), o PV teria surgido à

⁶ O número de setores mencionados varia nos artigos de Viola, cinco aparecem sempre: ongs ambientalistas; agências estatais de meio ambiente; movimentos sociais; instituições científicas; empresariado. Refletindo sobre a globalização (1996), Viola inclui redes multissetoriais e agências internacionais e, em balanço da Rio-92 (1995a), adiciona políticos profissionais; religiosos; educadores, jornalistas e artistas.

revelia da estratégia política do movimento ambientalista de “esverdear” os partidos estabelecidos. Já Crespo e Leitão (1993; 1998) reconstróem o diagnóstico dos líderes do movimento ambientalista, para quem o PV não se consolidaria eleitoralmente por afrontar valores tradicionais. Pádua (1991) argumenta que “fatores endógenos”, como o movimento pacifista do início dos anos 80, a tradição de tematização da natureza na cultura brasileira e o surgimento de uma nova classe média teriam gerado uma atmosfera favorável para a constituição de uma “política verde” no Brasil. Todavia, sua explicação para a criação do PV está embasada em “fatores exógenos”, como a difusão das idéias verdes européias, e na trajetória de seus fundadores. O PV careceria de identidade própria e teria tido pequena influência na formulação da política verde brasileira. Suas estratégias de coligação eleitoral o colocariam sob risco de dissolução.

Duas características marcam os estudos sobre o ativismo ambientalista: de um lado, a hegemonia da teoria multisetorialista de Viola; de outro, a predominância de estudos de caso. A supremacia de uma abordagem voltada para a análise de valores e instituições gerou uma lacuna: ausência de pesquisas empíricas sobre as formas e a dinâmica da mobilização ambientalista.

b) Ambientalismo Global

Viola e Leis são também os principais analistas do processo de globalização da questão ambiental e de suas repercussões no Brasil (Viola e Leis, 1991, 1998; Leis, 1989, 1990, 1993, 1998 e 2000; Viola, 1992, 1994, 1996 e 1997). A globalização do debate sobre meio ambiente seria consequência da conscientização progressiva da espécie humana com respeito aos riscos naturais. A base sociopolítica deste processo estaria numa “revolução das capacidades dos indivíduos” (Viola 1996:25), resultado da expansão educacional, das ideologias democráticas individualistas e das limitações do estado em reduzir desigualdades.

A formação da consciência ambiental global seguiria a teoria multisetorial. O ponto de partida seria a expansão transnacional de movimentos sociais e organizações não-governamentais engajados na defesa do meio ambiente, formando uma rede global. O processo invadiria paulatinamente agências de governo, instituições científicas, categorias profissionais, mercado, chegando a agências e tratados internacionais sobre problemas ambientais (Viola, 1996:28), redundando num “multisetorialismo global”.

Viola vislumbra três clivagens básicas na arena internacional: “nacionalistas versus globalistas”, “sustentabilistas versus predatórios”, “progressistas versus conservadores”, gerando oito grandes forças do sistema mundial⁷. Este debate estaria conectado, de um lado, ao enfraquecimento da capacidade do Estado Nacional de lidar com problemas globais e, por outro, à emergência de uma sociedade civil transnacional preocupada com a questão

⁷A saber, os nacionalistas-conservadores, os nacionalistas-progressistas, os nacionalistas-conservadores-sustentabilistas, os nacionalistas-progressistas-sustentabilistas, os globalistas-conservadores, os globalistas-progressistas, os globalistas-conservadores-sustentabilistas e os globalistas-progressistas-sustentabilistas (Viola, 1996: 28).

ambiental. Haveria, pois, em escala global, um conflito bipolar entre forças “desenvolvimentistas-predatórias” e forças “sustentabilistas”.

A teoria multissetorial dá uma explicação linear para as mobilizações ambientalistas. Vê a “ambientalização” como progressiva e cumulativa. Daí sua dificuldade para explicar refluxos. A análise da Rio-92 é um exemplo. De acordo com a teoria, a conferência deveria intensificar a “ambientalização”. Todavia o que se seguiu, admitem Carvalho (1995) e Viola (1996), foi a estagnação da capacidade de recrutamento e mobilização dos grupos ambientalistas. Viola (1996) teve de lançar mão de uma explicação ad hoc para tal declínio⁸. Mas foi forçado a reconhecer que a eficiência do movimento ambientalista não depende apenas de sua motivação, convicções ou valores, está relacionada também à conjuntura política.

Há interpretações alternativas à perspectiva multissetorialista de Viola. Para Guimarães (1991) o que caracteriza o problema ambiental global é a escassez tanto de recursos naturais como de instituições internacionais qualificadas para lidar com a questão. Isto se expressaria em duas crises: a ecoambiental e a ecológica. Os protagonistas desse conflito seriam os países desenvolvidos, controladores da agenda ambiental e os países em desenvolvimento, incapazes de criar uma agenda alternativa, que hierarquizasse a responsabilidade pelos problemas ambientais globais.

Já Vigevani (1997) lê a questão ambiental a partir da teoria dos regimes internacionais. Nessa perspectiva, o meio ambiente seria um tema consensual, regulado por acordos globais de caráter cooperativo. Isto não significaria ausência de conflitos transnacionais. Em estudo sobre a implementação da Agenda 21, Vigevani mostra que a institucionalização da temática ambiental em nível transnacional produziu um “conflito regulado”.

A afluência de estudos sobre globalização, observada na última década, atingiu em cheio a questão ambiental. Há um interesse crescente nesta temática (por exemplo, Caubet, 2001; Nobre, 1999; Amaral, 1995; Soares, 1995; Silva, 1987), sobretudo de especialistas em política internacional. A tendência é que, no médio prazo, a interpretação multissetorialista de Viola e Leis sofra a concorrência de outras teorias oriundas do campo das relações internacionais.

c) Conflitos Ambientais

De acordo com o argumento multissetorialista de Viola, os conflitos ambientais seriam, sobretudo, de valor. Mesmo assim, transitórios, já que os atores/setores seriam progressivamente convertidos ao consenso sustentabilista. No entanto, diferentes abordagens vêm desafiando esta tese ao apresentarem evidências empíricas em sentido contrário.

A partir de meados dos anos 90, começaram a surgir investigações sobre conflitos, ressaltando a complexidade da questão ambiental e a impossibilidade de reduzi-la a movimentos e instituições ambientalistas. Esta literatura traz um enfoque eminentemente sociológico para a questão ambiental, mapeando atores

⁸ A saber: impasses políticos com a crise do governo Collor; diminuição de importância da questão ambiental na opinião pública; conflitos organizacionais e entre lideranças; escassez de recursos financeiros para ongs e; divisão do processo de socialização de líderes entre os “globalistas”, ligados às redes internacionais que circulariam idéias e recursos, e outros setores, cujas lideranças teriam permanecido isoladas (Viola 1996:55-56).

e arenas e os processos de constituição e resolução de conflitos. Mostra ainda que, além de valores, conflitos em torno de questões ambientais podem girar também exclusivamente em torno de interesses. De modo geral, as duas dimensões aparecem empiricamente mescladas.

A primeira pergunta a responder é: em que consiste um conflito ambiental? A definição do termo é em si mesma um problema, com usos polissêmicos na literatura. Alguns autores relacionam tais conflitos ao modelo de desenvolvimento econômico (Frota, 2001). Outros ressaltam que um conflito ambiental emerge toda vez que dada atividade econômica produz um “efeito perverso” sobre o estoque de recursos naturais ou sobre a “qualidade de vida” de dado grupo social (Braga, 2000).

Em estudo sobre disputas em torno da ocupação de áreas urbanas, Jacobi (1995) argumenta que somente atores mobilizados detêm conhecimento suficiente para detectar problemas ambientais e propor soluções próprias, ao invés de as demandar ao estado. Conseqüentemente, argumenta, conflitos ambientais se formam a partir dos grupos sociais com maior conhecimento sobre a questão ambiental e não de estratos sociais baixos – usualmente preocupados com questões particularistas e locais. Nesse sentido, Jacobi nega a possibilidade de movimentos ambientalistas populares.

Já Herculano (1994) mostra que 68% dos militantes e membros de organizações ambientalistas em algum momento de sua trajetória profissional estiveram a serviço do Estado. Os ambientalistas transportariam o conflito ambiental da sociedade para a esfera estatal, que seria, por isso, a arena principal de confronto entre as diferentes facções políticas. Conseqüentemente, a demanda dos setores populares ao Estado não precisaria ser lida como incapacidade de mobilização, como faz Jacob, mas como compreensão adequada da arena onde a tomada de decisões sobre a questão ambiental ocorre.

Nos últimos anos surgiu também uma abordagem sóciodemográfica dos conflitos ambientais. Hogan e seus colaboradores (2000) tipificaram o conflito ambiental a partir da análise comparada de dois estudos de caso. Num deles, o conflito opôs grupos locais pró-desenvolvimento econômico e ongs e agências ambientais estatais pró-conservação numa reserva da Mata Atlântica no Vale do Ribeira. Noutra área, já urbanizada e industrializada, o conflito girou em torno da disputa pelo uso econômico ou social de recursos hídricos entre as regiões metropolitanas de Campinas e São Paulo. Hogan não aprofunda a análise da estrutura do conflito, preferindo recomendar formas de resolução: negociação entre as partes.

Uma perspectiva construtivista do conflito ambiental vem se estabelecendo no Brasil, sob inspiração de Hannigan. Esta vertente privilegia o modo pelo qual os atores “constroem” problemas ambientais e seu desdobramento em conflitos. O estudo de Guivant (1998) prioriza a construção da percepção ambiental, durante episódios conflituosos. Já os trabalhos de Fuks (1997;1998), embora estejam também na fronteira entre os dois campos, enfatizam mais o conflito ambiental que a percepção. Fuks recorre ao aparato conceitual do construtivismo social, assumindo a existência de uma cultura e de

um repertório públicos que delimitam os termos através dos quais o debate público e a definição dos problemas ambientais se desenrola.

Em estudo de caso no Rio de Janeiro, Fuks identificou a dinâmica da construção de conflitos ambientais e seus atores centrais. Seus resultados repetem, em parte, os de Jacobi: maior incidência de conflitos em áreas de habitações de classes média e alta (Fuks,1998:2;7). Os valores ambientalistas seriam típicos das classes média e alta, que os disseminariam para outros grupos sociais. Conseqüentemente, o meio ambiente, apresentado no debate público como um valor universal, seria apenas a generalização dos valores e interesses de um grupo social específico. Tal operação cognitiva seria mediada por “pacotes interpretativos”, isto é, esquemas argumentativos a que os atores recorrem para legitimar suas posições durante o conflito.

Na esteira da abordagem de Fuks, fala-se sobre um novo processo social: a judicialização dos conflitos ambientais (Bezerra & Acselrad, 1999). Num estudo de caso em Florianópolis, Alexandre (1999) argumentou que o judiciário se tornou a principal arena decisória dos conflitos ambientais⁹.

Estudos como o de Fuks são instigantes e inovadores. Todavia, são ainda tributários da influência do multissetorialismo de Viola. O efeito é priorizar a análise de discursos enquanto as ações efetivas que estruturam o conflito político, seus desdobramentos e conseqüências práticas, recebem menos atenção.

Costa, Alonso & Tomioka (1999a;1999b;2000) também analisaram três casos de conflito ambiental em torno da expansão do sistema viário no interior do Brasil. Tais conflitos emergiram apesar da confluência dos atores envolvidos em torno de um discurso “sustentável”. A “ambientalização” do discurso não teria sido uma estratégia dos atores, mas fruto dos constrangimentos morais, políticos e jurídicos que a existência de instituições e leis de proteção ambiental impuseram aos agentes. De outro lado, embora partilhassem vocabulário e valores, os atores não conseguiram equacionar o conflito por meio do debate público. Aplicando o modelo de conflito democrático de Hirschman, o estudo concluiu que os conflitos redundaram numa negociação entre os atores envolvidos, mediada pelo judiciário, que definiu os resultados e impôs perdas a todos os agentes.

Outra abordagem para os conflitos ambientais é o programa de pesquisa de Pacheco e colaboradores (1992). A equipe critica os “estudos de ecologia humana” e o “reducionismo econômico” do marxismo, negando tanto a formulação genérica da questão ambiental como “problema social”, quanto sua equação em termos de valores. Argumentam, em contrapartida, que as causas da questão ambiental estariam relacionadas à “dinâmica social e econômica das cidades”, afetando potencialmente um amplo leque de atores (Pacheco et alli, 1992:47). Propõem uma análise simultânea dos constrangimentos estruturais e das dimensões política e cultural da questão ambiental. Isto significaria incorporar seus aspectos não-econômicos, como o estilo de vida dos atores, suas trajetórias sociais, comportamentos e conflitos de interesses (Pacheco et

⁹ Há outros estudos de casos no interior (Costa, 1996) e em áreas urbanas industrializadas (Neder, 1990; Braga, 2000).

alli, 1992:48). A esfera pública seria o espaço da negociação e a arena do conflito ambiental¹⁰.

Em trabalho anterior (Alonso & Costa, 2002), argumentamos que as abordagens estruturalistas e culturalistas oferecem enfoques parciais da questão ambiental. A teoria do processo político (McAdam, Tarrow, Tilly, 2001), possibilita analisar conjuntamente ambas dimensões. De acordo com essa abordagem, os conflitos ambientais se estruturam simultaneamente em torno de interesses e valores. Agentes, instituições e processos não são “dados”, mas se formam durante o próprio processo contencioso. Essa perspectiva privilegia o processo de mobilização, no qual os agentes adquirem controle sobre os recursos necessários à sua ação. Além disso, a formação e o desfecho dos conflitos ambientais só se torna inteligível no contexto sóciohistórico e político em que surge, isto é, na estrutura de oportunidades políticas que dilata e/ou restringe as opções de ação disponíveis para os agentes (Alonso & Costa, 2002:126).

Os estudos sobre conflitos ambientais são uma área em formação e um campo profícuo para a combinação de perspectivas. O construtivismo significa um avanço na explicação da dimensão cognitiva dos conflitos ambientais. A teoria do processo político, de outro lado, pode corrigir o nivelamento de poder e recursos das explicações culturalistas, restritas a análises de discursos. A combinação destas duas perspectivas oferece uma via promissora para futuras investigações empíricas.

2.2. Estudos sobre políticas públicas e participação

Até o início dos anos 90, o tema dominante na literatura ambientalista brasileira era a avaliação dos impactos sócio-ambientais do desenvolvimento econômico (Vieira, 1992:126). Predominavam estudos de caso, voltados para a crítica aos modelos econômicos locais e regionais ecologicamente “predatórios”: análises de experiências de atividades econômicas de “baixo impacto ambiental”, tais como a agricultura orgânica, o extrativismo e o ecoturismo. O recorte empírico privilegiava áreas rurais e “biomas”, como a Amazônia e o Cerrado. Temas similares comparecem nas análises em meio urbano: redução de impactos ambientais, técnicas de produção, reciclagem e uso sustentáveis de energia, água e transporte. A principal base teórica desta linhagem é o ecodesenvolvimento de Sachs (1986). Uma literatura engajada e comprometida com a formulação de políticas públicas ambientais e modelos de desenvolvimento sustentável.

A bibliografia sobre políticas públicas e participação em deliberações que envolvem questões ambientais nasceu da confluência entre estes ensaios sobre desenvolvimento sustentável e correntes marxistas das ciências sociais que se “ambientalizaram” depois da redemocratização brasileira e da crise do socialismo real (Viola, 1987). Esta literatura “sócioambiental” procura compatibilizar a perspectiva normativa do desenvolvimento sustentável com a

¹⁰ Os autores propõem uma tipologia dos conflitos ambientais: conflitos de centralização/descentralização e disputas relativas a modelos de gestão; disputas nos setores burocráticos; nos “anéis burocráticos”; entre os grupos da sociedade civil.

análise de processos demográficos, sócioeconômicos e político-institucionais. Seu objetivo é articular diagnósticos de situações sócioambientais com proposição de modelos de regulação e gestão “sustentáveis” via políticas coercitivas, regulatórias ou participativas de intervenção estatal.

O argumento mais difundido nesta literatura é que os impactos ambientais do capitalismo, associados à urbanização e à desigualdade socioeconômica, seriam sintomas de uma “crise de sustentabilidade socioambiental”. Os efeitos ambientais de tal crise seriam desigualmente distribuídos, afetando intensamente os países em desenvolvimento, como o Brasil e, neles, as camadas de baixa renda das regiões urbanizadas (Almino, 1994; Bruseke; 1993).

Dentro desse amplo campo distinguimos três grandes linhas: estudos demográficos e socioeconômicos; ensaios sobre políticas públicas ambientais; e análises sobre democratização da participação em deliberações que envolvem questões ambientais.

Os estudos demográficos e sócioeconômicos privilegiam a relação entre problemas ambientais e pobreza, vendo ambos como subprodutos perversos da expansão do capitalismo e da urbanização. Há duas abordagens predominantes.

De uma parte, está a investigação das relações entre dinâmicas demográficas e meio ambiente (Hogan, 1990, 1992, 1993, 1995, 2000a; 2000b). O debate central neste campo é a relação entre crescimento populacional e sustentabilidade. Hogan (2000a) contesta a tese neomalthusiana de que o crescimento populacional, ao afetar a “capacidade de suporte” do meio ambiente, produziria “crise sócioambiental”. Não haveria correlação linear entre os dois processos, argumenta Hogan, já que a escassez de recursos naturais poderia ser contornada em escala global pela racionalização da produção e pela inovação tecnológica. Haveria, na verdade, uma mútua influência entre mudanças ambientais e fenômenos demográficos – como migrações, aumentos nas taxas de mortalidade e na incidência de doenças degenerativas.

A outra abordagem dentro dos estudos demográficos é sociologicamente orientada. Estuda o modo pelo qual a degradação sócioambiental produzida por processos ou atividades econômicas afeta grupos sociais. De modo geral, são estudos dos impactos sócioambientais sobre grupos sociais urbanos (pobres, negros, mulheres) e comunidades tradicionais (rurais ou indígenas), bem como sobre suas respostas adaptativas (Costa, 2000; Ferreira, 1993; Ferreira, 1992, 1995, 1999, 2000a, 2000b; Lopes Jr., 2000; Sawyer, 1992; Souto-Maior, 1998; Torres, 1992; Wilhelm, 1992). Estes estudos têm três objetivos: a denúncia de condições sócioambientais “insustentáveis” (Barbosa, 1995; Mueller, 1997; Taschner, 2000); a proposição de políticas públicas integradas e ambientalmente corretas (Neder, 2002) e a formulação de modelos de desenvolvimento sustentável, especialmente para comunidades tradicionais (Carvalho Brasil, 2000; Lima e Alencar, 2000; Ribeiro e Galizoni, 2000). Predomina na literatura a crença de que alterações ambientais produzem efeitos objetivos sobre os grupos sociais.

O segundo leque de trabalhos engloba a abordagem estrutural do problema ambiental como tema das políticas públicas no Brasil, apoiada em duas teses. A primeira é que a “crise ecológica” geraria conflitos sociais e

polarização entre setores - definidos conforme o multissetorialismo de Viola. Como o posicionamento dos agentes decorreria de sua adesão a valores ambientalistas (e não de sua inserção em relações de produção ou de poder político ou social), a eficácia das políticas públicas ambientais ficaria dependente da capacidade de cada setor lograr consenso interno em torno dos valores ambientalistas.

A segunda tese refere-se ao papel ambíguo do estado. Para alguns autores, o estado é o agente estratégico. Por sua capacidade de ordenação legal e coordenação administrativa e financeira poderia enfrentar a “crise socioambiental” e, mesmo, mudar os padrões comportamentais da sociedade, através de propaganda e educação ambiental. (Bursztyn, 2001, Drummond, 1999). Para outros, o estado seria inepto, incapaz de integrar políticas setoriais fragmentárias e, muitas vezes, contraditórias com as próprias diretrizes da legislação ambiental (La Rovere, 1992). Ferreira (1998: 139-142), por exemplo, argumenta que as políticas públicas no Brasil não responderiam adequadamente à “intensa saturação ecossistêmica” produzida pelo “modelo civilizatório contemporâneo”.

Embora mantenha um pressuposto normativo - reverberando tanto Sachs quanto Habermas - os escritos de Neder (1996, 1997, 2002) são uma exceção dentro desta bibliografia. São estudos de caso sobre os obstáculos à regulação pública ambiental integrada em setores como saneamento, recursos hídricos, desenvolvimento local e poluição industrial no estado de São Paulo durante a década de 1990. Nestes estudos, aponta a emergência de espaços públicos como condição para a superação dos problemas de integração e coordenação das políticas setoriais. Tais espaços funcionariam como modalidades concretas de regulação pública ambiental, que escapariam à lógica setorial e vinculariam as políticas ambientais às demais políticas públicas, como as de saneamento e recursos hídricos.

Suas conclusões, no entanto, apontam no sentido oposto ao de sua proposta teórica. Empiricamente, Neder não encontrou tais políticas de “regulação pública ambiental pós-desenvolvimentista” em vigência: nem uma “esfera pública ambiental”, nem políticas públicas integradas.

Uma terceira linha de estudos aborda a democratização das deliberações que envolvem questões ambientais, tanto em termos normativos quanto empíricos. No primeiro caso está o trabalho de Leis (1997), discutindo as limitações político-institucionais e técnicas dos mecanismos de participação na área ambiental. Leis aponta a incapacidade dos conselhos de meio ambiente, das avaliações de impacto ambiental e das audiências públicas de licenciamento ambiental de incorporar em seus procedimentos a pluralidade de interesses legítimos – ético-filosóficos, religiosos, econômicos, sociais envolvidos e de responder à complexidade da questão ambiental¹¹. Predomina, argumenta, a perspectiva “técnico-reducionista” dos cientistas, técnicos governamentais e políticos (Leis, 1997:232-233).

Leis (1997:223) não investiga empiricamente o funcionamento e as causas sociais e políticas dessa “distorção” nos mecanismos participativos e

11 La Rovere (1992) aponta os mesmos problemas em estudo de caso sobre grandes empreendimentos hidroelétricos.

deliberativos. Seu objetivo é puramente prescritivo: a deliberação deveria ocorrer em espaços comunicativos democráticos, formalmente integrados por organizações não-governamentais, movimentos sociais e culturais, sindicalistas, representantes de associações empresariais, além de técnicos governamentais e políticos. Leis atribui, pois, ao desenho formal dos mecanismos participativos a capacidade de produzir deliberações consensuais, sem considerar o efeito dos valores, recursos e estratégias dos agentes sociais envolvidos e do contexto sócio-político no qual a deliberação se desenrola.

Há ainda estudos sobre a legislação relativa às deliberações sobre questões ambientais. Parte da literatura é jurídica e discute a formação e a eficácia da legislação ambiental (Freitas, 2000; Baptista, 1994; Barbieri, 1995; Milaré e Benjamim, 1993; Benjamin, 1997). Estudos sobre a regulamentação legal da participação da sociedade civil em processos decisórios relativos ao meio ambiente (Milaré, 1998), como as audiências públicas para licenciamento ambiental (Fink, 1993), ainda são raros. O mesmo vale para estudos empíricos sobre funcionamento de arenas deliberativas na área.

Há, de outra parte, análises da evolução legal e administrativa das políticas públicas de regulação ambiental, enfocando o papel do estado na constituição da estrutura de regulação do uso dos recursos naturais (Bursztyn, 1993; Drummond, 1999; Guimarães, 1997; Santos, 1994; Viola, 1999).

Outros trabalhos (Amaral, 1995; Ferreira, 1996, 1997, 1998; Carvalho, 1987; Dias, 1995; Dowbor, 1993; Jacobi, 1994, 1998; Jacobi e Teixeira, 1998; Loureiro et.al., 1992; Neder, 1996, 1997, 2002; Sorrentino, 1992; Vieira, 1995) apostam na democratização e descentralização das decisões sobre políticas públicas ambientais através da difusão de uma “consciência ambientalista”. Por isso, muitos procuram fomentar práticas sustentáveis a partir de programas de educação ambiental. De modo geral, esta bibliografia está mais preocupada em promover transformações sociais do que em investigar as causas, valores e práticas relacionadas às questões ambientais (Antuniassi, 1988; Barreto, 1998; Leonardi, 1997; Reigota, 1998; Rizpah, 1998; Sorrentino 1995).

O balanço dos estudos de políticas públicas ambientais e sobre impactos socioambientais nos evidencia duas características comuns. De uma parte, seu pressuposto é de que o estado teria autonomia institucional para antecipar, no plano legal, os conflitos ambientais. Todavia, diagnosticam tanto ineficácia estatal na área ambiental quanto o óbice de interesses econômicos e políticos à implementação das políticas públicas na área. (Bursztyn, 1993; Drummond, 1999; Viola, 1999). Assim, esta bibliografia falha em explicar as razões do descompasso entre uma das mais “avançadas” legislações ambientais do mundo e a baixa efetividade das políticas ambientais.

De outro lado, predomina nesta literatura uma perspectiva normativa, orientada para o “desenvolvimento sustentável”. Este engajamento explica a inclinação generalizada dos autores por políticas públicas participativas e programas de educação ambiental. Todavia são genéricas as soluções propostas para a “crise de sustentabilidade”. Os autores falam em regulação dos padrões de consumo e mudanças radicais no estilo de vida da sociedade contemporânea, de modo a torná-los equitativos dentre os diferentes grupos

sociais e destes para com as gerações futuras (Vieira,1996; Ferreira, 1998; Neder, 2002). Mas não esclarecem os mecanismos para lograr tais resultados.

A orientação normativa põe na sombra dimensões relevantes do fenômeno. Assim, ficam por investigar empiricamente as motivações efetivas dos agentes estatais e sociais para se engajar em disputas em torno de políticas ambientais – usualmente assumidas como decorrência direta da adesão prévia a valores e interesses. No mesmo sentido, falta averiguar o impacto das estratégias dos agentes sobre o desenho e a eficácia das políticas ambientais.

2.3. Estudos Culturais

Desde a segunda metade dos anos 90, há um interesse crescente e profícuo em aplicar a abordagem cultural para assuntos ambientais. No Brasil esta inclinação teórica produziu dois modos principais de conceitualização e entendimento do problema: como um tema do imaginário social brasileiro, em termos de uma história das idéias, e análises construtivistas do modo pelo qual práticas sociais e negociações entre agentes produzem a percepção social de alguns problemas como "ambientais".

a) História das idéias ambientais

Uma abordagem relativamente nova na literatura ambientalista brasileira, com livros e artigos publicados a partir da segunda metade dos anos 90, investiga as raízes de uma “mentalidade ambientalista” brasileira.

Pádua (1997, 1999, 2000) almeja produzir uma história das idéias ambientais no Brasil. Inspirado em Keith Thomas, reconstrói uma “tradição ecológica original” no pensamento político brasileiro a partir de um “grupo de temas e percepções ambientais” que teriam aparecido no Brasil dos séculos XVIII e XIX (Pádua,1997:20).

A tradição ecológica brasileira teria duas características. Seria essencialmente rural, neste sentido diversa da européia, de orientação urbana. E seria nativa ou “original”. A especificidade decorreria da longa duração da exploração colonial, que teria introduzido uma “mentalidade de parasita” em relação aos recursos naturais e, como consequência, promovido enorme destruição ambiental. Por esta razão, Pádua argumenta, a percepção ambiental no Brasil teria tido uma gênese precoce. O núcleo desta tradição “esquecida” seria uma “ecologia antropocêntrica, racionalista e progressista”, derivada do projeto civilizatório iluminista (Pádua, 1997:354;357;359). Pádua a sintetiza em quatro características: a) visão instrumental da natureza; b) a destruição da natureza como ameaça à sociedade; c) busca de conciliação entre conservação natural e progresso econômico; d) tecnologia vista como ameaça à natureza.

Outro trabalho na mesma direção é o de Diegues (1998), que pretende edificar uma “uma história sistemática das idéias que comandou ou ainda comanda a relação entre sociedade e natureza” no Brasil (Diegues;1998:111). Apoiado em Keith Thomas, Moscovici e Alain Corbin, argumenta que durante o século XIX teria havido uma mudança na “percepção” sobre a natureza. O conservacionismo norte-americano teria reeditado o mito cristão e “biocêntrico” do paraíso perdido, associando-o a um território não povoado. Esta visão

dicotômica da relação entre sociedade e natureza inscrita no "imaginário ocidental" teria se materializado na criação de parques de reserva natural (Diegues; 1998:24;27;13). A transposição do conservacionismo para o Brasil teria entrado em atrito com a existência de sociedades indígenas e tradicionais habitando as potenciais reservas naturais (Diegues, 1998).

Embora não se dedique aos estudos ambientais, J.M.Carvalho (1998) escreveu um artigo sobre a longa duração de um tipo particular de representação da natureza no imaginário social brasileiro. O "edenismo" é definido como a exaltação das qualidades naturais do Brasil: paisagem, clima, fertilidade, ausência de desastres naturais (Carvalho, 1998:65-6). O "motivo edênico" seria um leit motif do pensamento político brasileiro. Teria aparecido nas crônicas e ensaios dos séculos XVI e XVII, se reeiterado no processo de formação do estado-nação e estaria ainda presente no Brasil contemporâneo. Teria, assim, se tornado uma tradição.

Para provar a "sobrevivência" do edenismo no imaginário popular, Carvalho recorre a duas pesquisas de opinião pública, usando a variável "orgulho nacional" como indicador. Conclui que a principal razão de orgulho dos brasileiros em relação ao seu país é a natureza. Instituições políticas não são mencionadas, como acontece em países de tradição democrática, argumenta, apoiado nos trabalhos de Almond & Verba e Inglehart (Carvalho,1998:69). Assim, a longa duração do motivo edênico seria paralela a outro leit motif, "satânico": uma autodefinição negativa do povo brasileiro, que se veria mais como súdito que como cidadão. Faltaria à tradição brasileira o sentimento cívico, base da democracia. Deste modo, Carvalho (1998:63;73;76) conclui, o edenismo seria um "substituto da participação".

Os trabalhos na linha de uma história das idéias ambientalistas no Brasil têm duas semelhanças. Primeiro, há um pressuposto metodológico comum. A questão ambiental é analisada como um conjunto de idéias e representações que sobrevivem na longa duração e que comporiam um "imaginário" ambiental ou uma "mentalidade" ecológica. Todos associam a sedimentação deste imaginário ao processo de formação da nação. Porque equacionam a questão ambiental como idéias, representações, opiniões, seu material empírico se restringe às expressões verbais dos agentes - discursos, entrevistas, poesias, crônicas, escritos políticos, etc. Em consequência, não analisam as práticas sociais nas quais tais discursos se inscrevem. Pádua (1997:112;146), por exemplo, examina as reflexões dos intelectuais brasileiros sobre o processo de destruição ambiental, mas não o processo em si.

Em segundo lugar, há teses comuns. A questão ambiental é apresentada como endógena. Não se trata de idéias importadas e copiadas de intelectuais e ativistas estrangeiros, mas de uma problemática antiga, nascida e enraizada no contexto sócio-político brasileiro do século XIX, como mostram Pádua e Carvalho. Diegues agrega que o processo de colonização e a diversidade do mundo natural brasileiro teriam dado uma configuração peculiar aos problemas ambientais brasileiros. Bem como ao próprio ambientalismo. Carvalho e Guimarães (1988) argumentam que haveria uma afinidade entre o elogio da natureza como mundo selvagem e a baixa participação política: em

conseqüência, a “cultura política” brasileira teria gerado uma esfera pública restrita e pouco permeável ao surgimento de preocupações com o meio ambiente urbano.

Os estudos de história das idéias ambientais são ainda pouco numerosos, mas têm logrado um efeito raro na literatura: combinam perspectivas teóricas de referência internacional no campo (como Thomas e Inglehart), levando em conta as especificidades brasileiras e incorporando a tradição de estudos nacionais sobre o assunto, como o uso da tese de Sérgio Buarque de Holanda sobre o edenismo bem indica.

b) Percepções sobre o meio ambiente

Muitos estudos, como o de Carvalho, estão nas fronteiras entre a história das idéias e a análise da percepção ambiental. Outros, têm focado exclusivamente a percepção social contemporânea da questão ambiental. Neste segundo caso, o objetivo é descrever processos de atribuição de significados a dimensões do mundo natural que resultam em sua classificação como questões “ambientais”.

Estes estudos são empiricamente orientados e transitam entre a sociologia e a ciência política, valendo-se sobretudo de pesquisas de opinião pública. O interesse principal é descobrir se definições, preocupações e valores ambientais variam conforme estratos sociais.

O estudo de Jacobi (1993) sobre percepção de problemas ambientais na cidade de São Paulo vai nesta direção, chegando a duas conclusões. Primeiro, o “grau de consciência” dos problemas ambientais acompanha a estratificação social: os estratos mais baixos estariam preocupados com infra-estrutura e violência enquanto os assuntos de interesse das classes médias seriam barulho e poluição do ar (Jacobi, 1993:49-50). Segundo, a responsabilidade pela solução dos problemas ambientais é atribuída ao governo (80% dos entrevistados). Jacobi conclui que haveria um descompasso entre percepções e práticas ambientais: a “consciência” dos problemas ambientais não se desdobraria em práticas ecologicamente corretas (Jacobi, 1993:52;55).

Analisando os resultados de uma pesquisa nacional de opinião sobre percepção pública e definição de “meio ambiente”, Leitão (1993) concluiu que: preocupações “ambientais” são tão altas dentre os brasileiros como em países do primeiro mundo; a maioria (66%) é “conservacionista”, isto é, crê que a natureza seja sagrada e que não deveria sofrer a interferência da ação humana. Esta imagem da natureza intocada predomina na definição de meio ambiente, bem como de problemas ambientais - desflorestamento e poluição de rios e do ar são os mais mencionados. Os cidadãos comuns não vêem, pois, problemas urbanos como ambientais e, em oposição aos ativistas e analistas, não conectam desenvolvimento econômico e destruição ambiental. A solução indicada para os problemas ambientais repete os achados de Jacob: a tarefa é atribuída ao governo (Leitão, 1993:199;213). A pesquisa foi repetida por Crespo: em 1998 e em 2001, com resultados muito similares.

Junto com esta pesquisa quantitativa, uma radiografia do perfil e das opiniões dos líderes ambientalistas foi realizada por Crespo (1993). A elite

ambientalista brasileira é predominantemente de classe média das regiões Sul e Sudeste do país e tem alta escolarização. Tal elite seria responsável pela formação e disseminação na opinião pública de uma "consciência ecológica" (Crespo, 1993:4;175).

Nesta pesquisa e na seguinte (1998), Crespo adota a definição de Viola de "comunidade ambientalista", dividida em seis setores¹², e repete suas teses centrais. A base "ideológica" da comunidade ambientalista brasileira estaria em formação, alimentada por dois movimentos: dos ecologistas puros para a sociedade e vice-versa. Crespo argumenta que o caráter genérico do discurso ambientalista ajuda a angariar adesões. A circulação dos ecologistas individuais entre diferentes setores estaria produzindo o "transetorialismo", a "ambientalização" paulatina das "elites econômicas e culturais brasileiras" (Crespo, 1993:176;99;100).

Além das dificuldades inerentes à teoria multissetorial, esta interpretação generaliza as conclusões da análise do discurso dos ativistas ambientalistas para a elite brasileira como um todo. É deste passo que resulta a conclusão otimista de uma progressiva "ambientalização" da sociedade. Todavia, como a pesquisa não colheu opiniões de todos os "setores" da elite brasileira, não há base comparativa para medirmos a magnitude e a força do setor ambientalista.

Outra abordagem das percepções ambientais vem sendo feita a partir do construtivismo social. Baseando-se em Douglas & Wildavsky, Hannigan e Latour, e recorrendo a conceitos como "mundo dos atores" e "arena de disputas", Guivant (1998) enfoca os processos pelos quais cidadãos comuns assimilam a definição científica de riscos ambientais. Guivant analisa o processo de definição das causas dos problemas ambientais por diferentes atores e em várias arenas. Guivant (1998:101-3) defende que é através de negociações e conflitos que redes e identidades são construídas, recursos são mobilizados e relações de poder são consolidadas, permitindo ou vedando a implementação de um projeto político.

O estudo de Guivant sobre percepção avança em relação aos anteriores ao suplantarem a análise dos valores, opiniões e estratégias discursivas dos atores. Ao analisar as práticas em si mesmas, pode enxergar o que outros intérpretes não viram: a lacuna entre discursos e valores dos atores e suas práticas. Apesar desta conclusão, Guivant compartilha do engajamento dos demais: termina apresentando um modelo de "foros de negociação" para a questão ambiental.

Trabalhos recentes - como o de Fuks, já mencionado - vêm expandindo o âmbito de aplicação do construtivismo social. Nos estudos demográficos, Torres (2000:54-57) propôs a substituição do conceito de "impacto ambiental" pelo de risco. A primeira noção ambicionaria medir objetivamente o efeito das interferências humanas no meio ambiente. Já a noção de risco ambiental levaria em conta o modo pelo qual cada grupo social constrói sua percepção de risco em função de seus valores e formas de convivência com o meio ambiente.

¹² A saber: os políticos, os empresários, os líderes dos movimentos sociais, os cientistas, os técnicos do governo e os "ecologistas sociais". Em 1993, analisou as referências intelectuais, a visão dos problemas ambientais brasileiros e as principais características do projeto político de "ambientalização" da sociedade, do Estado e dos líderes ambientalistas. Na pesquisa de 1998 classificou os discursos da comunidade ambientalista conforme temas: vocabulário; pontos consensuais e de dissenso; soluções para problemas ambientais.

A área de estudos sobre a percepção social do meio ambiente é um dos campos em ascensão na literatura ambiental brasileira e tem rendido bons estudos de caso. Mas também apresenta lacunas. As poucas pesquisas quantitativas nesta linha não permitem análises longitudinais, como é freqüente na sociologia ambiental norte-americana. Além disso, ainda são caudatárias da interpretação multissetorialista de Viola. Já os estudos inspirados pelo construtivismo social têm sido bem sucedidos em articular teorias de ponta com estudos empíricos em profundidade. Mas ainda são raros.

3. Comentários

Em seu balanço da literatura de ciências sociais sobre a questão ambiental, Vieira (1992;1995) apontou dois problemas principais: de um lado, o excessivo ensaísmo e a baixa consistência metodológica, de outro, o grande número de estudos de caso, pontuais e descritivos. Constatou também a ausência de estudos sobre percepção e comportamento ambientais.

Alguns destes traços persistem. O engajamento político estrito senso continua forte, com estudos de militantes verdes defendendo um novo modelo de desenvolvimento e um novo estilo de vida. E há agora também um engajamento moral: ensaios normativos, que caminham rumo a uma espécie de filosofia da natureza e a um esoterismo verde. Nos dois casos, a sobreposição de agentes e analistas produz interpretações voluntaristas, que atribuem ao movimento ou à idéia ambientalista um poder de agenda e uma capacidade de mudar estruturas sociais, econômicas e culturais de longa duração, que estão longe de demonstrar empírica ou teoricamente. Há também uma “ambientalização” artificial de temas tradicionais das ciências sociais e uma baixa rotinização dos estudos, já que a agenda científica acaba acompanhando a pauta política. O resultado é que ainda são poucos os estudos sistemáticos e empiricamente embasados. Um campo científico autônomo de “estudos ambientais” não se institucionalizou¹³, nem tampouco a questão ganhou posição de destaque nas ciências sociais brasileiras.

De outro lado, há avanços. As lacunas vislumbradas por Vieira foram, em parte, preenchidas. Há um interesse crescente em incorporar abordagens teóricas mais sofisticadas e em gerar evidências empíricas mais sólidas. Duas tendências estão em curso: a diversificação teórica e metodológica, e a progressiva profissionalização, com subespecialidades acadêmicas mais demarcadas. O impacto destes processos é, todavia, desigual em cada uma das três áreas em que dividimos a literatura.

Os estudos sobre mobilização política ambiental, inicialmente inspirados em Touraine, continuam ainda sob a égide da tese multissetorialista. Talvez, por isso, esta seja a área na qual a grande diversidade de perspectivas da literatura internacional menos penetrou. Mesmo a tese sobre a extração social dos ativistas ambientalistas como uma nova classe média, muito referida, nem sempre é explicitamente associada a Inglehart. São praticamente inexistentes

¹³ A proposta de Vieira (1995:126ss) de unificar a área ambiental a partir de uma perspectiva interdisciplinar e “sistêmica”, baseada no ecodesenvolvimento de Sachs, não se concretizou.

estudos empíricos sobre processos de formação e mobilização de grupos ambientalistas; sobre a institucionalização da questão ambiental e sua recepção pela elite empresarial, pelos partidos políticos e pela burocracia estatal. E, em decorrência, faltam estudos comparando o caso brasileiro com o ativismo europeu, norte-americano e, mesmo, sul-americano. Ainda no campo das relações entre meio ambiente e política, a área mais plural é a de conflitos ambientais, com estudos de diferentes orientações teóricas e recortes empíricos.

Os estudos de políticas públicas são, de maneira geral, normativos. Embora trabalhos empíricos comecem a surgir, a influência de Sachs é ainda incontrastada. O viés militante que atinge todas as áreas é mais forte aqui, com ensaios propondo intervenção política. Isto é visível na pauta de temas, com predomínio de investigações sobre participação popular nos processos deliberativos e sobre a eficácia de experiências de “desenvolvimento sustentável”. A principal lacuna aqui são investigações sobre a concepção, implementação e eficácia das políticas públicas ambientais. Estudos deste tipo são já comuns na literatura internacional, sobretudo em perspectiva comparada, caso, por exemplo, a pesquisa coordenada por Jänicke & Weidner (1997), envolvendo 13 países.

A história das idéias ambientais e os estudos sobre percepção ambiental parecem ser o campo que mais de perto acompanha a literatura internacional. Isto fica evidente no impacto dos livros de Keith Thomas, no primeiro caso, e de John Hannigan, no segundo. Isto não significa que referências mais antigas, como Moscovici, tenham desaparecido. Não obstante, esta é, dentre as três áreas, a que exibe mais inclinação acadêmica que militante.

A produção acadêmica brasileira sobre a questão ambiental é ampla e diversificada. Todavia, quando comparada com a literatura internacional, mostra-se ainda incipiente. Do ponto de vista de sua institucionalização, a literatura internacional está consolidada em disciplinas: há uma sociologia, uma ciência política, uma antropologia das questões ambientais. No Brasil ainda não. Há muitos sociólogos e cientistas políticos se voltando para o assunto, como vimos, mas poucos antropólogos (exceções são Sigaud, 1994; Vidal, 1989). Predomina um discurso genérico em favor da interdisciplinaridade.

A diversidade teórica e temática da literatura internacional não se repete aqui. Antes o contrário. Há uma clara predominância de certas áreas e assuntos e um forte impacto de linhagens teóricas secundárias na literatura internacional. No primeiro caso, a tônica da literatura contemporânea parece estar na confluência entre estudos sobre valores, mobilizações e conflitos, cobrindo um amplo leque de assuntos: desde bioética até a burocratização de partidos verdes. No Brasil, a investigação de valores, idéias e discursos dos atores foi largamente explorada, mas estudos sobre práticas são ainda escassos.

Já do ângulo teórico, autores como Sachs, Touraine, Moscovici, por exemplo, são ainda muito influentes no Brasil, embora não sejam mais referências obrigatórias da literatura internacional. De outro lado, à exceção de Beck e Hannigan, autores de relevo no debate contemporâneo não foram ainda incorporados nos estudos brasileiros. Este é o caso de Mary Douglas, sempre mencionada na sociologia e na antropologia ambientais, e ainda pouco citada no

Brasil. No mesmo sentido, o marxismo ecológico permanece uma influência difusa na área de políticas públicas, enquanto a teoria da modernização ecológica, de Mol e Spaargaren, e trabalhos de política ambiental comparada, como os de Martin Jänicke, nunca aparecem. O descompasso da bibliografia brasileira em relação à internacional é mais evidente nos estudos sobre mobilizações ambientais: enquanto aqui estamos restritos a estudos de caso, na Europa são cada vez mais freqüentes estudos comparados, como aqueles coordenados por Kriesi; por Rootes; e por Kousis e Eder. Os surveys de opinião pública, comuns em vários países, são ainda raros dentre nós, com a série de Crespo compondo a exceção.

Por fim, caberia perguntar se a agenda da bibliografia internacional poderia servir como parâmetro para a constituição de uma pauta brasileira. Na verdade, não há consenso sobre os rumos a seguir. Dunlap (1997) ainda discute a possibilidade de um paradigma próprio para a sociologia ambiental. Hannigan (1995) demanda uma teoria geral capaz de estruturar e unificar a área de estudos ambientais. Buttel (1996) propõe concentração de esforços em investigações sobre o processo de “ambientalização” de fenômenos cotidianos; sobre a importância de variáveis biofísicas e sociais na constituição dos problemas ambientais; e sobre as bases sociais do ativismo ambientalista. Parece razoável apostar numa agenda que incentive estudos empiricamente robustos e analiticamente rigorosos, e que, sobretudo, se oriente por um pluralismo teórico e pelo diálogo entre as diversas abordagens.

Bibliografia

A bibliografia está organizada em cinco sessões: a primeira é composta por estudos bibliográficos e literatura internacional citada. A literatura verde é muito vasta (levantamos cerca de 180 publicações) por isso listamos apenas os títulos citados. A literatura de ciências sociais sobre a questão ambiental, excluídas teses e papers, está dividida em: 67 estudos sobre meio ambiente e política, 107 estudos sobre políticas públicas e participação e 24 estudos culturais.

1. Estudos Bibliográficos e Literatura Internacional

BECK, U. (1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*. London, Sage.

BECK, U. (1995), *Ecological Politics in an Age of Risk*. Cambridge, Polity Press.

BRYANT, R. & BAILEY, S. (1997), *Third World Political Ecology*. London/NY, Routledge.

BUTTEL, F. (1987), “New Directions in Environmental Sociology”. *Annual Review of Sociology*, 13.

BUTTEL, F. (1996), “Environmental and Resource sociology: theoretical issues and opportunities for synthesis”. *Rural Sociology*, vol. 61, no. 1, spring.

BUTTEL, F. (1997), “Social Institutions and Environmental Change”, in REDCLIFT, M. & WOODGATE, G., *The International Handbook of Environmental Sociology*, Edward Elgar, UK.

DICKENS, P. (1997), “Beyond sociology: Marxism and the environment”, in REDCLIFT, M. & WOODGATE, G. *The International Handbook of Environmental Sociology*, Edward Elgar, UK.

DOUGLAS, M. & WILDAVSKY, A. (1983), *Risk and Culture*. California, University of California Press.

DUNLAP, R. E. & SCARCE, R. (1990), “The polls: poll trends, environmental problems and protection”. *Public Opinion Quarterly*, 55.

DUNLAP, R.E. & CATTON Jr., W. (1979), “Environmental Sociology”. *Annual Review of Sociology*, 5.

- DUNLAP, R.E. (1997), "The Evolution of environmental sociology; a brief history and assessment of the American Experience", in REDCLIFT, M. & WOODGATE, G. *The international handbook of environmental sociology*, Edward Elgar, UK.
- EDER, K (1996), *The Social Construction of Nature*. London, Sage Publications.
- GIDDENS, A (1995a), "A vida em uma sociedade pós-tradicional", in GIDDENS A., BECK, U. & LASH, S, *Modernização Reflexiva*, São Paulo, Editora Unesp.
- GOLDMAN, M. & SCHURMAN, R.A. (2000), "Closing the 'Great Divide': New Social Theory on Society and Nature". *Annual Review of Sociology*, 26.
- HABERMAS, (1990), "New Social Movements". *Telos*, Nova York, n. 49.
- HANNIGAN, J.A. (1995), *Environmental Sociology. A social constructionist perspective*. London/NY, Routledge.
- HEIJDEN, H-A. van der (2000), "Dutch environmentalism in the 1990s". ECPR workshop. Copenhagen 14-20 april.
- INGLEHART, (1977), *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles*. Princeton, Princeton University Press.
- INGLEHART, R. (1981), "Post-materialism in an environment of insecurity". *American Political Science Review*, Vol. 75, no 4, december.
- INGLEHART, R. (1985), "New Perspectives on Value change: response to Lafferty and Knutsen, Savage and Boltken and Jagodzinski". *Comparative Political Studies*, Vol. 17, no. 4, january.
- IRWIN, A. (1997), "Risk, the Environment and Environmental Knowledges", in REDCLIFT, M. & WOODGATE, G., *The International Handbook of Environmental Sociology*, Edward Elgar, UK.
- JÄNICKE, M. & WEIDNER, H.(Ed.). (1997), *National Environmental Policies. A comparative study of capacity-buiding*. Berlin, Springer.
- JORDAN, G. & MALONEY, W. (1997), *The Protest Business? Mobilising Campaign Groups*. Manchester, Manchester University Press.
- KOUSIS, M. & EDER, K. (Ed.). (2001), *Environmental Politics in Southern Europe: actors, institutions and discourses in a Europeanizing Society*. London, Kluwer Academic Publisher.
- KRIESI, H. et al. (1992), "New Social Movements and Political Opportunities in Western Europe", *European Journal of Political Research*, 22.
- KRIESI, H.; KOOPMANS, R.; DUYVENDAK, J. M. & GIUGNI, M. G. et al. (1995), *New Social Movements in Western Europe. A Comparative Analysis*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- LATOUR, B. (1993). *Jamais fomos modernos*. São Paulo, Editora 34.
- LIMA, G. C. e PORTILHO, F. (2001), "A sociologia ambiental no contexto acadêmico norte-americano: formação, dilemas e perspectivas". *Teoria & Sociedade*, junho.
- LOWE, P. & RÜDIG, W. (1986), "Political Ecology and the Social Sciences – The State of the Art". *British Journal of Political Science*, 16.
- McADAM, D., TARROW, S., TILLY, C. (2001), *Dynamics of contention*. New York, Cambridge University Press.
- MEADOWS, D.H., MEADOWS, D.L., RANDERS, J., BEHRENS, W. (1972), *The Limits to Growth*. New York, Universe.
- MELUCCI, A. (1989), *Nomads of the Present. Social Movements and Individual Needs in Contemporary Society*. Philadelphia, Temple University Press.
- MOL, A.P.J. & SPAARGAREN, G. (2000), "Ecological modernisation theory in debate: a review". *Environmental Politics*, 9.
- MOSCOVICI, S. (1969), *La société contre la nature*. Paris, Union Générale d'Éditions.
- MOSCOVICI, S. (1974), *Hommes domestiques, hommes sauvages*. Paris, Union Générale d'Éditions.
- O'CONNOR, J. (1994), "Is Sustainable Capitalism Possible?", in M. O'CONNOR (ed.), *Is Capitalism Sustainable?*, New York, Guilford.
- OFFE, C. (1985), "New Social Movements: Challenging the Boundaries of Institutional Politics". *Social Research*, 52.
- OPHULS, W (1977), *Ecology and the politics of scarcity: prologue to a political theory os steady state*". San Francisco, W. H. Freeman and Co.
- PICOU, J.S. (1999), "Theoretical trends in environmental sociology: implications for resource management in the modern world", *Social and Economic Planning Conference*, Utah.

- PULIDO, L. (1996), "A Critical Review of the Methodology of Environmental Racism Research", *Antipode*, 28(2).
- REDCLIFT, M. & WOODGATE, G., (eds.). (1997), *The International Handbook of Environmental Sociology*, Edward Elgar, UK.
- ROOTES, C. (1997), "Environmental Movements and Green Parties in Western and Eastern Europe", in REDCLIFT, M. e WOODGATE, G., *The International Handbook of Environmental Sociology*, Edward Elgar, UK .
- ROOTES, C. (1999), "The Transformation of Environmental Activism: activists, organizations and policy-making", *European Journal of Social Sciences*, Vol. 12 (1999), No. 2.
- SACHS, I. (1986), *Ecodesenvolvimento – Crescer sem Destruir*. São Paulo, Vértice.
- SCHNAIBERG, Allan. (1980), *The Environment: from surplus to scarcity*. New York, Oxford University Press.
- SZASZ, A. & MEUSER, M. (1997), "Environmental inequalities: literature review and proposal for new direction in research and theory". *Current sociology*, 45.
- TEA (Transformation of Environmental Activism): www.ukc.ac.uk/sspsr/polsoc/tea.html
- THOMAS, K. (1988), *O homem e o mundo natural*. São Paulo, Companhia das Letras.
- TOURAINÉ, A. (1978), *La Voix et le Regard*. Paris, Seuil.
- TOURAINÉ, A. (1982), *Mouvements Sociaux d'aujourd'hui. Acteurs et Analystes*. Paris, Ed. Ouvrieres.
- VIEIRA, Paulo Freire (1995), "A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990)", in HOGAN, Daniel J. e VIEIRA, Paulo Freire (orgs), *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*, Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- VIEIRA, Paulo Freire. (1992), "A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil: 1980-1990". BIB - Boletim Informativo Bibliográfico. São Paulo, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, n.33.

2. Literatura Verde

- ALMINO, João. (1994), *Naturezas mortas: A Filosofia Política do Ecologismo*. Brasília, FUNAG / IPRI.
- AMSTALDEN, Luis Fernando F. (1996), "Desenvolvimento sustentável e pós-modernidade", in RODRIGUES, Arlete Moisés (org), *Textos didáticos - desenvolvimento sustentável: teorias, debates e aplicabilidade*, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, n.23, maio.
- ASSMANN, Hugo. (1996), "Eco-teologia: um ponto cego do pensamento cristão?". *Cadernos de história e filosofia da ciência*. Centro de lógica, epistemologia e história da ciência da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, série 3, v.6, n.2, julho / dezembro.
- BENJAMIN, Herman V. et al. (1997), *Cinco anos após a ECO-92; Five years after Rio*. Congresso Internacional de Direito Ambiental. Rio de Janeiro, Instituto O Direito por um Planeta Verde.
- BRANCO, Samuel Murgel. (1995), "Conflitos conceituais nos estudos sobre meio ambiente". *Revista de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*. São Paulo, Universidade de São Paulo, n.23, janeiro / abril.
- BRÜSEKE, Franz. (1993), "Para uma teoria não-linear e pluri-dimensional do desenvolvimento", in VIEIRA, Paulo e MAIMON, Dália (orgs.), *As Ciências Sociais e a Questão Ambiental. Rumo à Interdisciplinaridade*, Rio de Janeiro, APED / Universidade Federal do Pará.
- CAVALCANTI, Clóvis. (1993), "Em busca da compatibilização entre a ciência da economia e a ecologia: bases da economia ecológica", in VIEIRA, Paulo e MAIMON, Dália (orgs.), *As Ciências Sociais e a Questão Ambiental. Rumo à Interdisciplinaridade*, Rio de Janeiro, APED / Universidade Federal do Pará.
- CORDANI, Umberto, MARCOVITCH, Jacques e SALATI, Enéas. (1997), "Avaliação das ações brasileiras em direção ao desenvolvimento sustentável após a Rio 92", in CORDANI, Umberto, MARCOVITCH, Jacques e SALATI, Enéas (orgs), *Rio 92 cinco anos depois*, São Paulo, Alphagraphics.
- DANSEREAU, Pierre. (1999), *A terra dos homens e a paisagem interior*. Belém, FFA / NAEA.
- FERRI, Mário. (1974), *Ecologia - temas e problemas brasileiros*. Belo Horizonte, Itatiaia.
- GABEIRA, Fernando. (1987), "A idéia de um partido verde no Brasil", in PADUA et al. (orgs), *Ecologia e Política no Brasil*, São Paulo, Universidade de São Paulo, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro.

- GUEDES, Ana Lucia. (1999), “Práticas ambientais de empresas transnacionais no Brasil: redescobrimo o papel da interdisciplinaridade”. Arché interdisciplinar. Desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes Ipanema, n.25, ano VIII.
- GUIMARÃES, Roberto. (1988) “Controle social e ecopolítica no Brasil: explorando uma utopia possível”. Revista de Administração Municipal, Rio de Janeiro.
- LAGO, Fernando Paulo. (1982), *A consciência ecológica. A luta pelo futuro*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina.
- LEIS, Héctor e AMATO, José. (1995), "O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial", in CAVALCANTI, Clóvis (org), *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*, São Paulo-Recife, Cortez-Fundação Joaquim Nabuco.
- LEIS, Héctor e AMATO, José. (1996), “Para uma teoria das práticas do ambientalismo”, in LEIS, Héctor, *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*, São Paulo-Blumenau, Editora Gaia-Editora Furb.
- LEIS, Héctor. (1992), “Ética ecológica: análise conceitual e histórica de sua evolução” in RUBIO, Afonso Garcia (org.), *Reflexão cristã sobre o meio ambiente*, São Paulo, Loyola.
- LEIS, Héctor. (1995), “Ambientalismo: um projeto realista-utópico para política mundial”, in VIOLA et al., *Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*, São Paulo, Editora Cortez.
- LEIS, Héctor. (1997), “Espiritualidade e globalização na perspectiva do ambientalismo”. Ambiente e sociedade, São Paulo, vol.II, n. 1.
- LEIS, Héctor. (1998), “Meio ambiente, ética e religião na sociedade contemporânea”. Educação, meio ambiente e cidadania – reflexões e experiências. São Paulo, Secretaria de Meio Ambiente.
- LEONARDI, Maria Lucia (et al.). (1997), *Economia do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.
- LINS DA SILVA, Carlos Eduardo (org). (1978), *Ecologia e Sociedade. Uma Introdução às Implicações Sociais da Crise Ambiental*. São Paulo, Editora Loyola.
- MINC, Carlos. “Os desafios da ecopolítica no Brasil”. In: PADUA, José et al (orgs). *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto Universitário do Rio de Janeiro, 1987.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. (1994), *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. São Paulo, Hucitec.
- MULLER, Marcos Lutz. e HÖSLE, Vittorio. (1996), “Uma filosofia da crise ecológica”. Cadernos de história e filosofia da ciência. Campinas, Centro de lógica, epistemologia e história da ciência da Universidade Estadual de Campinas, série 3, v.6, n.2, julho / dezembro.
- RODRIGUES, Arlete M. (1998), “A utopia da sociedade sustentável”. Ambiente e sociedade, São Paulo, vol. II, n. 1.
- TAUK, Sâmia Maria (org). (1991), *Análise Ambiental. Uma visão multidisciplinar*. São Paulo, Editora Universidade Estadual de São Paulo /FAPESP.
- UNGER, Nancy Mangabeira (org). (1992), *Fundamentos Filosóficos do Pensamento Ecológico*. São Paulo, Edições Loyola.
- VEIGA, José Eli. (1998), *Ciência ambiental - primeiros mestrados*. São Paulo, Annablume-Fapesp.
- VIEIRA, Liszt. (1989), “Fragmentos de um discurso ecológico: reflexões críticas de ecologia política”. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.3, n.4, outubro / dezembro.
- YAZIGI, Eduardo. (1994), “Ambientalismo: ação e cientificidade em dúvida”. Revista do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, n.8.
- ZULAUF, Werner. (2000), “O meio ambiente e o futuro”. Revista de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, n.39, maio / agosto.

3. Estudos sobre o Meio Ambiente e Política

3.1. Movimento Ambientalista

- ANTUNIASI, Maria Helena. (1989), *Movimento ambientalista em São Paulo: análise sociológica de um movimento social urbano*. São Paulo, Ceru.
- GIROTTI, C. (1984), *Estado nuclear no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- JACOBI, Pedro. (1989), *Movimentos sociais e políticas públicas - demandas por saneamento básico. São Paulo, 1974-84*. São Paulo, Cortez.

- LANDIN, Leilah. (1993), *A invenção das ongs: do serviço invisível à profissão sem nome*. Rio de Janeiro, Museu Nacional / UFRJ.
- LEIS, Héctor e VIOLA, Eduardo. (1996), "A emergência e evolução do ambientalismo no Brasil", in LEIS, Héctor, *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*, São Paulo-Blumenau, Editora Gaia-Editora Furb.
- PÁDUA, José Augusto. (1991), "O nascimento da política verde no Brasil: fatores endógenos e exógenos", in LEIS, Héctor (org.), *Ecologia e Política Mundial*, Rio de Janeiro, Vozes.
- RODRIGUES, Maria Guadalupe. (1993), "Movimento ambiental e ativismo político: um estudo de caso da campanha contra os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento". Contexto Internacional. Rio de Janeiro, jul/dez.
- SCHERER-WARREN, Ilse. (1999), "Associativismo Civil em Florianópolis: evolução e tendências". Revista de Ciências Humanas, n. 26, Florianópolis, outubro.
- URBAN, Teresa. (2001). *Missão (quase) impossível. Aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil*. São Paulo, Peirópolis.
- VIOLA, Eduardo e BOEIRA, S. (1990), "A emergência do ambientalismo complexo-multissetorial no Brasil (particularmente na micro região de Florianópolis) nos anos 80", in *Universidade e sociedade face à política ambiental brasileira*, Brasília, Ibama.
- VIOLA, Eduardo J.e VIEIRA, Paulo F. (1992), "Da Preservação da Natureza e do Controle da Poluição ao Desenvolvimento Sustentável: Um Desafio Ideológico e Organizacional ao Movimento Ambientalista no Brasil". Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro.
- VIOLA, Eduardo. (1987), "A degradação sócio-ambiental e a emergência dos movimentos ecológicos na América Latina", in LARANJEIRA, Sônia (org), *Classes e movimentos sociais na América Latina*, São Paulo, Hucitec.
- VIOLA, Eduardo. (1987), "Movimento ecológico e heterogeneidade política". Lua Nova, v.3, n.4, São Paulo, Cedec, abril / junho.
- VIOLA, Eduardo. (1987a), "O movimento ecológico no Brasil (1974-1986); do ambientalismo à ecopolítica". Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.1, n.3.

3.2. Ambientalismo Global

- AB'SABER, Aziz. (1989), "Projeto Floram: missão, estratégias e planos de ação". Cadernos do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, Universidade de São Paulo, dezembro.
- AMARAL, Sérgio Silva. (1995), "Meio ambiente na agenda internacional: comércio e financiamento", Revista de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, n.23, São Paulo, janeiro / abril.
- CANDOTTI, Ennio. (1992), "Reflexões e refrações de uma Eco". Revista de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, Universidade de São Paulo, n.15, maio / julho.
- CARVALHO, Nancy Valadares. "De Estocolmo 72 à ECO-92", in RESENDE, Paulo Almeida. *Ecologia, Sociedade e Estado*, São Paulo, EDUC-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.
- CAUBET, Christian Guy. (2001), "O comércio acima de tudo (e o meio ambiente fora da lei)". Lua Nova, 52.
- DUTSCHKE, Michael. (2000), "O Brasil como ator no processo da política climática". Cadernos do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, outubro.
- GUIMARÃES, Roberto. (1991), "A assimetria dos interesses compartilhados: América Latina e a agenda global do meio ambiente", in LEIS, Héctor (org) *Ecologia e política mundial*, Rio de Janeiro, Vozes.
- GUIMARÃES, Roberto. (1992), "El discreto encanto de la Cumbre de la Tierra. Evaluación impresionista de Rio-92". Nueva Sociedad, no. 122, novembro / dezembro.
- LEIS, Héctor. (1989), "Ecologia versus soberania: notas e propósitos da questão antártica". Brasil: Perspectivas internacionais, n. 23, Rio de Janeiro.
- LEIS, Héctor. (1991), "Ecologia e soberania na Antártica ou o papel da questão ambiental como agente transformador da ordem internacional", in LEIS, Héctor (org.), *Ecologia e política mundial*, Rio de Janeiro, Vozes.
- LEIS, Héctor. (1993), "Ambientalismo e Relações Internacionais na Rio-92". Lua Nova, no. 31.
- LEIS, Héctor. (1995), "As nações unidas e o meio ambiente". Contexto internacional, Vol 17, n. 1.
- LEIS, Héctor. (1995), "Globalização e democracia". Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.28 ano 10, junho.

- LEIS, Héctor. (1996), *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. São Paulo- Blumenau, Furb-Gaia.
- LEIS, Héctor. (org). (1991), *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro, Fase / Airi-Puc.
- MARCOVITCH, Jacques. (1992), “Dos princípios aos resultados”. Revista de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, Universidade de São Paulo, n.15, maio / agosto de.
- MARTINE, George (org). (1993), “População, Meio Ambiente e Desenvolvimento: o cenário global e nacional”, in MARTINE, George (org), *População, Meio Ambiente e Desenvolvimento: Verdades e Contradições*, Campinas, Editora Universidade Estadual de Campinas.
- MEDEIROS, Jarbas. (1987), “Estados nacionais, supranacionais e a questão da ameaça ecológica”. *Análise e conjuntura*, Belo Horizonte, 2(2).
- MILANI, Carlos. (1999), “Governança global e meio ambiente: como compatibilizar economia, política e ecologia”. Governança global - reorganização da política em todos os níveis de ação. Pesquisas, Konrad Adenauer Stiftun, São Paulo. n.16.
- NOBRE, Marcos. (1999), “Desenvolvimento sustentado e problemática ambiental”. Lua Nova, no. 47.
- NOVAES, Washington. (1992), “Eco-92: avanços e interrogações”. Revista de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, n.15, maio / agosto.
- PERICÁS NETO, Bernardo. (1989), “Ambiente e relações internacionais”. Contexto internacional, Rio de Janeiro, 4(9).
- RATTNER, Henrique. (1993), “Globalização, pobreza e meio ambiente”, in VIEIRA, Paulo F. e MAIMON, Dália (orgs.), *As Ciências Sociais e a Questão Ambiental. Rumo à Interdisciplinaridade*, Rio de Janeiro, APED / Universidade Federal Pará.
- RIBEIRO, Maurício, PHILIPPI JR., Arlindo e BRITO, Maria Cecília. (1997), "Ações voltadas para a implementação regional da agenda 21", in CORDANI, V. et. al. (org), *Rio 92. Cinco anos depois. Avaliação das ações brasileiras em direção ao desenvolvimento sustentável após a Rio-92*, São Paulo, Alphagraphics.
- SILVA, G do Nascimento. (1987), “O meio ambiente e a política exterior”. Revista Brasileira de Política Internacional. Rio de Janeiro, 30(117-118).
- SOARES, Guido. (1995), “Meio ambiente global: de Estocolmo à Eco 92 e América Latina”, in RESENDE, Paulo Almeida (org.), *Ecologia, Sociedade e Estado*, São Paulo, EDUC / Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SODRÉ, Marcelo Gomes. (1998), “Consumo e globalização”. Educação, meio ambiente e cidadania – reflexões e experiências. São Paulo: Secretaria de Meio Ambiente.
- VIGEVANI, Tullo. (1994), “Meio ambiente e relações internacionais: a questão dos financiamentos”. Cadernos do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, setembro.
- VIGEVANI, Tullo. (1997), “Meio ambiente e relações internacionais”. Ambiente e Sociedade, ano I, n. 1, São Paulo.
- VIOLA, Eduardo e LEIS, Héctor. (1991), “Desordem global da biosfera e a Nova Ordem Internacional: o papel organizador do ecologismo”, in LEIS, Héctor (org), *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro: Vozes.
- VIOLA, Eduardo e LEIS, Héctor. (1995), “O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio 92: o desafio de uma estratégia globalista viável”, in VIOLA, E. et. al., *Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*, São Paulo, Cortez.
- VIOLA, Eduardo J. e NICKEL, James W. (1994), “Integrando a Defesa dos Direitos Humanos e do Meio Ambiente: Lições do Brasil”. Novos Estudos Cebrap. São Paulo, no. 40.
- VIOLA, Eduardo. (1996), “A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental no Brasil, 1989 a 1995”, in FERREIRA, Leila da Costa e VIOLA, Eduardo (orgs.): *Incertezas de sustentabilidade na globalização*, Campinas, Editora Universidade Estadual de Campinas.
- VIOLA, Eduardo. (1997), “Globalização, democracia e sustentabilidade: as novas forças transnacionais”, in BECKER, Bertha e MIRANDA, Mariana (orgs), *A geografia política do desenvolvimento sustentável*, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- ZYLBERSZTAJN, David. (1992), “A Tragédia ou o Melhor dos Mundos: Impasses e Limites do Debate Ambiental”. Novos Estudos Cebrap. São Paulo, Cebrap, no. 33.

3.3. Conflitos Ambientais

- ACSELRAD, Henri e MELLO, Cecília C. A. (2002), “Conflito social e risco ambiental: o caso de um vazamento de óleo na Bahia de Guanabara”, in ALIMONDA, Héctor (org.), *Ecología Política. Naturaleza, Sociedad y Utopía*, Buenos Aires, CLACSO.
- ALEXANDRE, Agripa Faria. (1999), “Atores e conflitos sócio-ambientais na esfera jurídico-estatal de Florianópolis – SC”. Revista de Ciências Humanas, Universidade de Santa Catarina, n.26.
- ALONSO, Angela e COSTA, Valeriano. (2002), “Para uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil”, in ALIMONDA, Héctor (org.), *Ecología Política. Naturaleza, Sociedad y Utopía*, Buenos Aires, CLACSO.
- BRAGA, Tânia Moreira. (2000), “Risco e conflito ambiental sob o signo da (mono) indústria: um estudo sobre políticas ambientais na bacia do Rio Piracicaba, Minas Gerais”, in TORRES, Haroldo e COSTA, Heloisa (orgs.), *População e meio ambiente*, São Paulo, Senac.
- COSTA, Sérgio, ALONSO, Angela e TOMIOKA, Sérgio. (1999a.), “A Re-significação das Tradições: o Acre entre o rodoviarismo e o socioambientalismo”. Cadernos IPPUR, ano XIII, n.º 2, ago/dez.
- COSTA, Sérgio, ALONSO, Angela e TOMIOKA, Sérgio. (1999b), “Negociando riscos: expansão viária e conflitos ambientais no Brasil”. Novos Estudos Cebrap, novembro.
- COSTA, Sérgio, ALONSO, Angela e TOMIOKA, Sérgio. (2001), *Modernização negociada: expansão viária e riscos ambientais no Brasil*. Brasília, Cebrap/Ibama.
- DRUMMOND, José Augusto. (2001), “Conceitos básicos para a Análise de Situações de conflito em torno de Recursos Naturais”, in BURSZTYN, Marcel (org.), *A Dificil Sustentabilidade – Política energética e conflitos ambientais*, Rio de Janeiro, Editora Garamond Ltda.
- DURAND, Maria Rita Garcia Loureiro. (1992), “Desafios da gestão ambiental no Brasil: atores em conflito e novos limites entre esfera pública e privada”, in MAIMON, Dália (coord), *Ecologia e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Aped.
- FROTA, Ivaldo. (2001), “O setor elétrico e seus conflitos: os novos e os velho desafios”, in BURSZTYN, Marcel (org.), *A Dificil Sustentabilidade – Política energética e conflitos ambientais*, Rio de Janeiro, Editora Garamond Ltda.
- FUKS, Mário. (1996), "Do discurso ao recurso: uma análise da proteção judicial ao meio ambiente do Rio de Janeiro", in FERREIRA, Leila da Costa e VIOLA, Eduardo (orgs.), *Incertezas de sustentabilidade na globalização*, Campinas, Editora da Universidade de Campinas.
- FUKS, Mário. (1998), “Arenas de ação e debate público: conflitos ambientais e emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro”. Dados, v. 41, n.1.
- HERCULANO, S.C. (1994), *Entre o heroísmo e a cidadania*. Tese de doutorado. Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro.
- JACOBI, Pedro. (1995), “Conflito ambiental urbano”. IBASE. Conflitos Sociais e meio ambiente - desafios políticos e conceituais, Rio de Janeiro.
- LITTLE, Paul E. (2001), “Os conflitos Socioambientais: um campo de estudo e de ação política”, in BURSZTYN, Marcel (org.), *A Dificil Sustentabilidade – Política energética e conflitos ambientais*, Rio de Janeiro, Editora Garamond Ltda.
- PACHECO, Regina et al. (1992), “Atores e Conflitos em Questões Ambientais Urbanas”. Espaço & Debates. São Paulo.
- SANTOS, Maria Cecília Mac Dowel dos. (1990), *A gestão jurídico-política dos conflitos ecológicos*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Direito-Universidade de São Paulo.
- VIDAL, Lux. (1989), “Questão indígena e meio ambiente: embates entre culturas e interesses diferenciados”. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, n.3, v.4.

4. Estudos sobre Políticas Públicas e Participação

- AGUIAR, Ronaldo Conde. (1993), “Crise social e meio ambiente: elementos de uma mesma problemática”, in BURSZTYN, Marcel (org), *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*, São Paulo, Editora Brasiliense.
- AMARAL, Helena. (1995), “Políticas públicas de meio ambiente”, in SORRENTINO, Marcos (org.), *Cadernos do III fórum de educação ambiental*, São Paulo, Gaia.
- ANCONA, Ana Lúcia e SILVA, Luís Otávio da. (1992), “Estudo do Impacto: Perspectivas de Aplicação a Nível Municipal”. Espaços e Debates. São Paulo.
- ANTUNIASSI, Maria Helena. (1988), “Educação ambiental e planejamento microrregional: ponto de vista e proposta de trabalho”. Ciência e cultura, v.40, ano 5.

- ARAÚJO, Ricardo. (1997), “Desenvolvimento urbano e proteção ambiental: o futuro da bacia hidrográfica do Guarapiranga”. Revista de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, n.30 de maio / agosto.
- BARAT, Josef. (1996), “A ação reguladora no saneamento ambiental”. Cadernos Fundap. São Paulo, n.20, maio / agosto.
- BARBIERI, José Carlos. (1995), “Avaliação de Impacto Ambiental na legislação brasileira”. Revista de Administração de empresas. São Paulo.
- BARBOSA, Sônia. (1995), “Ambiente, qualidade de vida e cidadania. Algumas reflexões sobre regiões urbano-industriais”, in VIEIRA, Liszt e HOGAN, Daniel (orgs), *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*, Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- BARRETO, Samuel. (1998), “Núcleo Pró-Tietê da Fundação SOS Mata Atlântica e sua ação política através da educação ambiental”. Educação, meio ambiente e cidadania – reflexões e experiências. São Paulo, Secretaria de Meio Ambiente.
- BARROS, Henrique. (1998), “Gerenciamento comunitário de recursos naturais: o caso dos ecossistemas estuarinos da região nordeste do Pará”, in VIEIRA, Liszt et al (orgs), *Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil - a contribuição de Ignacy Sachs*, Porto Alegre / Florianópolis, Pallotti / APED.
- BARROS, Henrique. (1998), “Meio ambiente e geração de emprego no Brasil: definindo estratégias para a sustentabilidade”, in VIEIRA, Liszt et al (orgs), *Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil - a contribuição de Ignacy Sachs*, Porto Alegre / Florianópolis, Pallotti / APED.
- BARTH, Flávio et al. (1994), “Meio ambiente - custos e limites de urbanização”. Cadernos do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, abril.
- BERNARDO, Maristela. (2001), “Políticas públicas e Sociedade Civil”, in BURSZTYN, Marcel (org.), *A Dificil Sustentabilidade – Política energética e conflitos ambientais*, Rio de Janeiro, Editora Garamond Ltda.
- BEZERRA, Gustavo e ACSELRAD, Henri. (1999), “O legislação ambiental e a tapeçaria de Penélope. O debate público sobre a Lei de Crimes Ambientais”. Arché interdisciplinar. Desenvolvimento sustentável. Universidade Cândido Mendes Ipanema, n.25, ano VIII.
- BRITO, Francisco A. e CÂMARA, João B.D. (1999), *Democratização e Gestão Ambiental. Em Busca do Desenvolvimento Sustentável*. Petrópoles, Vozes.
- BUENO, Marco Antônio e HELENE, Maria Elisa. (1991), “Desmatamento global e emissões de CO2: passado e presente crítica”. Cadernos do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, setembro.
- BURSZTYN, Marcel. (1993), “Estado e meio ambiente no Brasil: desafios institucionais”, in BURSZTYN, Marcel (org), *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*, São Paulo, Editora Brasiliense.
- BURSZTYN, Marcel. (2001), “Políticas Públicas para o Desenvolvimento (Sustentável)”, in BURSZTYN, Marcel (org.), *A Dificil Sustentabilidade – Política energética e conflitos ambientais*, Rio de Janeiro, Editora Garamond Ltda.
- CARNEIRO, José Mário B. et al. (1993), “Meio ambiente, Empresário e Governo: Conflitos ou Parceria?”. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, maio / julho.
- CARREIRA, Denise. (1998), *Cruzando olhares: gênero e meio ambiente. Educação, meio ambiente e cidadania – reflexões e experiências*. São Paulo, Secretaria de Meio Ambiente.
- CARVALHO BRASIL, Marília. (2000), “As estratégias de sobrevivência da população ribeirinha da ilha de Marajó”, in TORRES, Haroldo e COSTA, Heloisa (orgs.), *População e Meio Ambiente*, São Paulo, Senac.
- CARVALHO, Paulo Gonzaga. (1987), “Meio Ambiente e políticas públicas: A FEEMA diante da poluição industrial”, in PADUA, José et al. (org), *Ecologia e Política no Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro.
- CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. (1996), “Criando Condições institucionais adequadas a políticas ambientais eficazes”. Cadernos Fundap. São Paulo, n.20, maio / agosto.
- CAVALCANTI, Clóvis (org). (1997), *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo e Recife, Editora Cortez e Fundação Joaquim Nabuco.
- COELHO, Maria Célia et al. (1984), “A política ambiental e o desenvolvimento, econômico, científico e tecnológico”. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, n. 18, v.4.

- CONCOTTO, Zelma e SILVA, Solange S. (1995), "Gerenciamento Ambiental e Poder Local: o problema da mineração no município de São Paulo". Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, abril / junho.
- COSTA, Heloísa Soares de Moura. (2000), "Indústria, produção do espaço e custos socioambientais: reflexões a partir do exemplo do Vale do Aço, Minas Gerais", in TORRES, Haroldo e COSTA, Heloisa (orgs.), *População e Meio Ambiente*, São Paulo, Senac.
- CRENAK, Ailton. (1998), *Cidadania: entre a necessidade e consumismo. Educação, meio ambiente e cidadania – reflexões e experiências*. São Paulo, Secretaria de Meio Ambiente.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. (1992), "Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50". Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, n.19, junho.
- DIAS, Reinaldo. (1995), "A administração Ambiental e o Poder Público Municipal". Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro, julho / setembro.
- DOWBOR, Ladislav. (1993), "Descentralização e meio ambiente", in BURSZTYN, Marcel (orgs.), *Para pensar o desenvolvimento sustentável*, Brasília, IBAMA / ENAP.
- DRUMMOND, José Augusto. (1997), *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, EDUFF.
- DRUMMOND, José Augusto. (1999), "A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo". Ambiente e Sociedade. São Paulo, ano II, n. 3.
- FERRAZ, Célia. (1998), "Apoio a ações de educação ambiental: a contribuição do Fundo Nacional do Meio Ambiente". Educação, meio ambiente e cidadania – reflexões e experiências. São Paulo, Secretaria de Meio Ambiente.
- FERREIRA, Leila da Costa e FERREIRA, Lucia da Costa. (1995), "Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o estado e para a sociedade", in HOGAN, Daniel Joseph e VIEIRA, Paulo Freire (orgs.), *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*, Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- FERREIRA, Leila da Costa. (1996), "A busca de alternativas de sustentabilidade no poder local", in FERREIRA, Leila da Costa e VIOLA, Eduardo (orgs.). *Incertezas de sustentabilidade na globalização*, Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- FERREIRA, Leila da Costa. (1997), "Sustentabilidade e democracia no poder local". Ambiente e Sociedade, ano I, n.1.
- FERREIRA, Leila da Costa. (1998), *A Questão Ambiental. Sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo, Editora Bontempo.
- FERREIRA, Lúcia da Costa. (1993), *Os fantasmas do vale - qualidade ambiental e cidadania*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- FERREIRA, Lúcia da Costa. (1996), "Os Ambientalistas, os direitos sociais e o universo da cidadania", in FERREIRA, Leila da Costa e VIOLA, Eduardo (orgs.). *Incertezas de sustentabilidade na globalização*, Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- FINK, Daniel Roberto. (1993), "Audiência Pública em Matéria Ambiental no Direito Brasileiro". Revista dos Tribunais, Editora Revista dos Tribunais, setembro.
- FREITAS, Vladimir Passos de. (2000), *A Constituição Federal e a efetividade das normas ambientais*. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais.
- GIOVANNI, Fabio. (1997), "A democracia é boa para o ambiente?". Ambiente e Sociedade, ano I, n. 1.
- GUILHERME, Maria Lúcia. (1987), "Urbanização, saúde e meio ambiente. O caso da implantação do pólo industrial de Cubatão e seus efeitos urbanos regionais nos setores de saúde e poluição ambiental". Espaço e Debates, n.22.
- GUIMARÃES, Paulo, MACDOWELL, Silvia e DEMAJOROVIC, Jacques. (1996), "Fiscalização em meio ambiente no Estado de São Paulo". Cadernos Fundap, n.20, maio / agosto.
- GUIMARÃES, Roberto. (1992), "O novo padrão de desenvolvimento para o Brasil: inter-relação do desenvolvimento industrial e agrícola com o meio ambiente", in VELLOSO, João Paulo dos Reis (org). *A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Nobel.
- GUIMARÃES, Roberto. (1997), "Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas", in BECKER, B. e MIRANDA, Mariana, *A geografia política do desenvolvimento sustentável*, Rio Janeiro, Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- GUIVANT, Julia. (1995), “Agricultura sustentável na perspectiva das ciências sociais”, in VIOLA, E. et al., *Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*, São Paulo, Cortez.
- GUNN, Philip e TASCHNER, Suzana. (1994), “Macrometrópole: aspectos sociais e populacionais”. Cadernos do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, maio.
- HOGAN, Daniel J. (1993), “Crescimento populacional e desenvolvimento sustentável”. Lua Nova, n.31.
- HOGAN, Daniel J. (1993), “Demografia e Ambiente”, in VIEIRA, Paulo e MAIMON, Dália (orgs.), *As Ciências Sociais e a Questão Ambiental. Rumo à Interdisciplinaridade*, Rio de Janeiro, APED / Universidade Federal do Pará.
- HOGAN, Daniel J. (1999), “Sustentabilidade no Vale do Ribeira (SP): conservação ambiental e melhoria das condições de vida da população”. Ambiente e Sociedade, ano II, n. 3 e 4.
- HOGAN, Daniel J. e VIEIRA, Paulo Freire (orgs). (1995), *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- HOGAN, Daniel J. et al. (2000^a), “Conflitos entre crescimento populacional e uso dos recursos ambientais em bacias hidrográficas do Estado de São Paulo. A demografia do risco ambiental”, in TORRES, Haroldo e COSTA, Heloisa (orgs.), *População e meio ambiente*, São Paulo, Senac.
- HOGAN, Daniel J. et al. (2000b), “Um Breve Perfil Ambiental do Estado de São Paulo”, in HOGAN, Daniel (et al.), *Migração e Meio Ambiente em São Paulo*, Campinas, NEPO / NEPAM da Universidade Estadual de Campinas.
- HOGAN, Daniel. (1995), “A qualidade ambiental urbana - oportunidades para um novo salto”. São Paulo em perspectiva. São Paulo, v.9, n.3.
- HOGAN, Daniel. (1995), “Migração, ambiente e saúde nas cidades brasileiras”, in HOGAN, Daniel e VIEIRA, Paulo Freire (orgs), *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*, Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- HOGAN, Daniel. (2000a), “A relação entre população e ambiente: desafios da demografia”, in TORRES, Haroldo e COSTA, Heloisa (orgs.), *População e meio ambiente*, São Paulo, Senac.
- JACOBI, Pedro e TEIXEIRA, Marco. (1998), “Resíduos sólidos e educação ambiental: quando a vontade influi nas políticas públicas”. Educação, meio ambiente e cidadania – reflexões e experiências. São Paulo, Secretaria de Meio Ambiente.
- JACOBI, Pedro. (1994), “Meio ambiente, participação e cidadania”. Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental. São Paulo, Gaia.
- JACOBI, Pedro. (1998) “Educação ambiental e o problema da poluição do ar”. Educação, meio ambiente e cidadania – reflexões e experiências. São Paulo, Secretaria de Meio Ambiente.
- JACOBI, Pedro. (1998), “Educação ambiental e cidadania”. Educação, meio ambiente e cidadania – reflexões e experiências. São Paulo, Secretaria de Meio Ambiente.
- LA ROVERE, E.L. (1992), “A sociedade tecnológica, a democracia e o planejamento”, in VIOLA, Eduardo (et al.), *Ecologia, ciência e política*, Rio de Janeiro, Revan.
- LEWGOY, Flávio (org). (1986), *Política e Meio Ambiente*. Porto Alegre, Editora Mercado Aberto.
- LIBÂNEO, Maria Lúcia. (1991), “A cidade de São Paulo: planejamento urbano e meio ambiente”. São Paulo em perspectiva. São Paulo, v.5 n.2.
- LIMA, Deborah e ALENCAR, Edna. (2000), “Histórico da ocupação humana e mobilidade geográfica de assentamentos na várzea do médio Solimões”, in TORRES, Haroldo e COSTA, Heloisa (orgs.), *População e Meio Ambiente*, São Paulo, Senac.
- LOPES JÚNIOR, Edmilson. (2000), “População e meio ambiente nas paisagens da urbanização turística do nordeste: o caso de Natal”, in TORRES, Haroldo e COSTA, Heloisa (orgs.), *População e meio ambiente*, São Paulo, Senac.
- MILARÉ, Edis e BENJAMIN, Antônio Hernam. (1993), *Estudo prévio de impacto ambiental: teoria, prática e legislação*. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais.
- MILARÉ, Edis. (1998), “Princípios fundamentais do direito ambiental”. Revista dos Tribunais. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, v.756, ano 87, outubro.
- MIYASHITA, Hadjimu e MAGYAR, Ana Lúcia. (1996), “Vinte experiências inovadoras em gestão ambiental”. Cadernos Fundap. São Paulo, n.20, maio / agosto.
- MONOSOWSKI, Elizabeth. (1989), “Planejamento e gerenciamento ambiental”. Cadernos Fundap. São Paulo, n.16.

- MONOSOWSKI, Elizabeth. (1989), “Políticas ambientais e desenvolvimento no Brasil”. Cadernos Fundap, São Paulo, n.16.
- MUELLER, Charles. (1997), “Problemas ambientais de um estilo de desenvolvimento: a degradação da pobreza no Brasil”. Ambiente e Sociedade, ano I, n.1.
- NEDER, Ricardo Toledo. (1997), “Para uma gestão pública ambiental pós-desenvolvimentista no Brasil”, in Clovis Cavalcanti (org), *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*, São Paulo, Cortez, Recife, Fundação Joaquim Nabuco.
- NEDER, Ricardo Toledo. (1998), “Obstáculos à criação de políticas de gestão patrimonial de recursos renováveis em zonas metropolitanas”, in Vieira et al (orgs), *Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil - a contribuição de Ignacy Sachs*, Porto Alegre / Florianópolis, Pallotti / APED.
- NEDER, Ricardo Toledo. (2002), *Crise socioambiental. Estado & Sociedade Civil no Brasil (1982-1998)*. São Paulo, Annablume / Fapesp.
- NEDER, Ricardo. (1995), “Limites político-institucionais ao desenvolvimento sustentável no Brasil”, in Vieira, Liszt e Hogan, Daniel (orgs), *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*, Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- NEDER, Ricardo. (1996), “O problema da regulação pública ambiental no Brasil – três casos”, in Ferreira, Leila da Costa e Viola, Eduardo (orgs), *Incertezas de sustentabilidade na globalização*, Campinas, Universidade de Campinas.
- NOGUEIRA NETO, Paulo. (1992), “A erradicação da miséria: um problema ambiental central”. Revista de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, n.15, maio / julho.
- OLIVEIRA, Mônica e RIBEIRO NETO, Francisco. (1989), *Estratégias de sobrevivência de comunidade litorâneas em áreas ecologicamente degradadas: o caso da Baixada Santista – São Paulo*. São Paulo, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil.
- PÁDUA, José Augusto. (1989), “Espaço público, interesses privados e política ambiental”. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v.3, n.4, outubro / dezembro.
- PEDRINI, Alexandre de Gusmão (org). (1998), *Educação Ambiental. Reflexões e práticas contemporâneas*. Petrópolis, Editora Vozes.
- REIGOTA, Marcos. (1998), “Desafios da educação ambiental escolar”. Educação, meio ambiente e cidadania – reflexões e experiências. São Paulo, Secretaria de Meio Ambiente.
- RIBEIRO, Eduardo e GALIZONI, Flávia. (2000), “Sistemas agrários, recursos naturais e migrações no alto Jequitinhonha, Minas Gerais”, in Torres, Haroldo e Costa, Heloisa (orgs.), *População e Meio Ambiente*, São Paulo, Senac.
- RIZPAH BESEN, Gina. (1998), “Educação ambiental em Embu: uma proposta de gestão compartilhada”. Educação, meio ambiente e cidadania – reflexões e experiências. São Paulo, Secretaria de Meio Ambiente.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. (1998), *Produção e Consumo do e no Espaço. Problemática ambiental urbana*. São Paulo, Editora Hucitec.
- SANTOS, Laymert Garcia. (1994), “A encruzilhada da política ambiental brasileira”. Novos Estudos Cebrap, n.38.
- SAWYER, Donald. (1995), “Campesinato e ecologia na Amazônia”, in Hogan, Daniel J. e Vieira, Paulo Freire (orgs), *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*, Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- SCHNEIDER, Sérgio. (2000), “Repensar a industrialização a partir do desenvolvimento local sustentável”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.15, n.73, junho.
- SEVÁ, Oswaldo. (1990), “Ecologia ou política no Xingu?”. Cadernos do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, junho.
- SIGAUD, Lygia. (1994), “Implicações e políticas sociais de grandes projetos hidrelétricos sobre as populações indígenas e camponesas”. Cadernos do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, março.
- SOBRAL, Helena Ribeiro e SILVA, Carlos Celso do Amaral. (1989), “Balanço sobre a situação do meio ambiente na Metrópole de São Paulo”. São Paulo em Perspectiva, v.3, n.4, outubro / dezembro.
- SORRENTINO, Marcos (org.). (1995), *Cadernos do III fórum de educação ambiental*. São Paulo, Gaia.
- SORRENTINO, Marcos. (1992), *Educação ambiental, participação e organizações ambientalistas*. São Paulo, Educ-Razão Social.
- SOUTO-MAIOR, Breno Augusto Fontes. (1998), “Assentamentos populares urbanos e meio ambiente”. Dados, v.41, n.1.

- SOUZA, Maria Tereza S. de. (1993), “Rumo à Prática Empresarial Sustentável”. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, julho / agosto.
- TASCHNER, Suzana Pasternak. (2000), “Degradação ambiental em favelas de São Paulo”, in Torres, Haroldo e Costa, Heloisa (orgs.), *População e meio ambiente*, São Paulo, Senac.
- TORRES, Haroldo. (1995), “O nordeste urbano: grave crise ambiental”, in Hogan, Daniel e Vieira, Paulo Freire (orgs), *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*, Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- UCLÉS, Mário e SOLANO, Francisco. (1991), “Urbanização e metropolização da América Latina”. Cadernos do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, julho.
- UNGARETTI, Wladimir Netto. (2000), *Empresariado e Ambientalismo*. São Paulo, Annablume.
- VIEIRA, Paulo et al. (1998), “Uma estratégia de ecodesenvolvimento para a região sul-sudeste do Brasil: programa de pesquisa sobre modos de apropriação e gestão comunitária de recursos naturais”, in Vieira et al (orgs), *Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil - a contribuição de Ignacy Sachs*, Porto Alegre-Florianópolis, Pallotti / APED.
- VIEIRA, Paulo. (1995), “Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento”, in Viola, Eduardo et al. (orgs), *Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*, São Paulo, Cortez.
- VIOLA, Eduardo e LEIS, Héctor. (1995a), “A evolução das políticas ambientalistas no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável”, in Hogan, Daniel e Vieira, Liszt (orgs.), *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*, Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- VIOLA, Eduardo e LEIS, Héctor. (1997), “A Agenda 21 diante dos desafios da governabilidade, das políticas públicas e do papel das organizações não governamentais”, in Cordani, et al (orgs) *Rio 92. Cinco anos depois. Avaliação das ações brasileiras em direção ao desenvolvimento sustentável após a rio-92*, São Paulo, IEA /CNPq /ABC /FBDS.
- VIOLA, Eduardo, LEIS, Héctor. (1998), *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo, Cortez.
- VIOLA, Eduardo. (1999), “As políticas publicas do primeiro governo Cardoso sob a ótica da sustentabilidade”. *Ambiente e Sociedade*, ano II, n.3.
- WILHEIM, Jorge. (1992), “Perspectivas urbanas: infra-estrutura e atividades e ambiente”, in Velloso, João Paulo dos Reis (org), *A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil*, São Paulo, Nobel.

5. Estudos Culturais

- 5.1. A história das idéias ambientalistas
- ALTMANN, Werner. (1989), “Meio ambiente: um ensaio em perspectiva histórica”. *São Paulo em Perspectiva*, 3, 4.
- CARVALHO, José Murilo. (1998), “O motivo edênico no imaginário social brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.38.
- DIEGUES, Antônio Carlos. (1998), *O mito da natureza intocada*. São Paulo, Hucitec.
- FERREIRA, Leila da Costa. (1995), “O ambientalismo após a Eco 92”. *Idéias - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, ano 2, n.1.
- GUIMARÃES, Roberto. (1988), “Ecologia e política na formação social brasileira”. *Dados*, v.31, n.2.
- LEITÃO, Pedro. (1993b) “Ambientalismo desenvolvimentismo: Ideário nacional brasileiro dos anos 90?” in Bursztyn, Marcel (org), *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- PÁDUA, José Augusto. (1997), *A degradação do berço esplêndido. Um estudo sobre a tradição original da ecologia política brasileira (1786-1888)*. Tese de Doutorado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- PÁDUA, José Augusto. (1998), “As raízes do debate sobre meio ambiente e desenvolvimento no Brasil”, in Vieira et al. (orgs), *Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil - a contribuição de Ignacy Sachs*, Porto Alegre e Florianópolis, Pallotti e APED.
- PÁDUA, José Augusto. (1999), “Aniquilando as naturais produções: crítica iluminista, crise colonial e as origens do ambientalismo político no Brasil (1786-1810)”. *Dados*, v.42, n.3.
- PÁDUA, José Augusto. (2000), “A profecia dos desertos da Líbia: conservação da natureza e construção nacional no pensamento de José Bonifácio”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 44.

- PAES, Jozimar Almeida de. (1988), *A extinção do arco íris: Ecologia e história*. Campinas, Papirus.
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. (2002), “O Eldorado do Brasil central: história ambiental e convivência sustentável com o Cerrado”, in ALIMONDA, Héctor (org.) *Ecología Política. Naturaleza, Sociedad y Utopía*, Buenos Aires: CLACSO.

5.2. Percepções sobre o meio ambiente

- BRÜSEKE, Franz Josef. (1997), “Risco social, risco ambiental, risco individual”. *Ambiente e Sociedade*, ano 1, no. 1.
- CRESPO, Samyra. (1993), “O Brasil na era verde. Pesquisa qualitativa”, in CRESPO, Samyra e LEITÃO, Pedro, *O Que o brasileiro pensa da ecologia - O Brasil na era Verde*, Rio de Janeiro, MAST / CNPq / CETEM / Agência Estado / ISER.
- CRESPO, Samyra. et al. (1997), *O Que o brasileiro pensa do meio ambiente, do desenvolvimento e da sustentabilidade-resultados do survey (versão bilingüe)*. Rio de Janeiro, MAST / ISER / MMA / MCT.
- CRESPO, Samyra. et al. (1998), *O Que o brasileiro pensa do meio ambiente, do desenvolvimento e da sustentabilidade (pesquisa com lideranças)*. Rio de Janeiro, MAST / ISER / MMA / MCT.
- GUIVANT, Julia. (1998), “Conflitos e negociações nas políticas de controle ambiental: o caso da suinocultura em Santa Catarina”. *Ambiente & Sociedade*, ano I, n.2.
- GUIVANT, Julia. (1998a), “A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social”. *BIB - Boletim Informativo Bibliográfico*, n.46.
- JACOBI, Pedro. (1993), “A percepção de problemas ambientais urbanos em São Paulo”. *Lua Nova*, n.31.
- JACOBI, Pedro. (1996), “A percepção dos problemas ambientais urbanos em São Paulo”, in FERREIRA, Leila da Costa e VIOLA, Eduardo (orgs.), *Incertezas de sustentabilidade na globalização*, Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- LEITÃO, Pedro. (1993a), “Idéias Verdes? Pesquisa quantitativa”, in CRESPO, Samyra e LEITÃO, Pedro, *O Que o brasileiro pensa da ecologia - O Brasil na era Verde*, Rio de Janeiro, MAST / CNPq / CETEM / Agência Estado / ISER.
- REIGOTA, Marcos. (1995), *Meio ambiente e representação social*. São Paulo, Cortez.
- REIGOTA, Marcos. (1999), *Ecologia, Elites e Intelligentsia na América Latina*. São Paulo, Editora Annablume.
- TORRES, Haroldo. (2000), “A demografia do risco ambiental”, in TORRES, Haroldo e COSTA, Heloisa (orgs.), *População e meio ambiente*. São Paulo, Senac.